

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 20 DE JANEIRO DE 2004.** -----
----- **ACTA NÚMERO QUARENTA E SEIS** -----

----- No dia 24 de Janeiro de 2004, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Álvaro Roque Pinho Bissaia Barreto, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Alfredo Delgado Silva Preto, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Dina Maria Veredas Nunes, Domingos Alves Pires, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Francisco José Fernandes Martins, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João de Deus Gomes Pires, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Cláudio Bacelar Gouveia, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Manuel Afonso Possidónio, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Valente, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Lourenço Ramos Bernardino, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Graça Barata Niny Mexia, Maria Luisa Bulhões Silva Castelhana Sabino, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva

e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Manuel Pimenta Prôa, Levi Marques dos Santos, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, José Dimas Bernardes Salsinha, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Eduardo Manuel dos Reis Vieira, João Gordo Martins, Maria Augusta da Conceição Barata Marques de Oliveira, Rui Manuel Santos Matos Alves, Flávio de Freitas Rodrigues da Fonte, Sérgio Rui Lopes Cintra, António Manuel Passos Rapoula, Adolfo Miguel Batista Mesquita Nunes, João Manuel Sousa Santos Reis e Luis Branco da Silva. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- José Luis Teixeira Ferreira, Maria Luisa dos Santos Teixeira e Orlando Bento Antunes Claro. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Joaquim Sarmento (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Rodrigues Coelho. -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal José Dimas Bernardes Salsinha. -----

----- Saldanha Serra (PSD), por 1 dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Levi Marques dos Santos. -----

----- Pedro Portugal (PSD), por 1 dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Manuel Pimenta Prôa. -----

----- António Borges de Carvalho (PSD), por 1 dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Branco da Silva. -----

----- Deolinda Machado, (PCP), por 10 dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Eduardo Manuel dos Reis Vieira. -----

----- Luísa Vicente Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Manuel Sousa Santos Reis. -----

----- Maria Helena Carvalho dos Santos (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira. -----

----- Anacoreta Correia (CDS/PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes. -----

----- Ferreira de Lemos (CDS/PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Manuel Passos Rapoula. -----

----- Isabel Castro (PEV), entre 20 de Janeiro e 3 de Fevereiro inclusivé, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- Irene Lopes (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, por Maria Augusta Barata Marques de Oliveira. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristovão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Alves. -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Manso Pinheiro (PEV), relativamente às reuniões realizadas nos dias 18 de Novembro e 2 de Dezembro de 2003. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de quorum, o **Senhor Presidente**, declarou aberta a reunião, entrando-se, de imediato, no período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Sr. Artur Palácios**, morador na Av. de Ceuta Norte, lote B, 1ºB, 1300 Lisboa, apresentou o seguinte documento, que, devido à incapacidade para proceder à sua leitura, foi lido pelo Sr. Primeiro Secretário da Mesa: -----

----- “Exmº. Sr. Presidente, Exmºs. Srs. Deputados, digníssimo público. -----

----- Sou morador na Av. de Ceuta Norte, Vale de Alcântara, Quinta do Loureiro. ----

----- No dia 17 de Junho tive ocasião de fazer uma intervenção nesta Assembleia, dando conta das justas reivindicações da zona. -----

----- Como não obtive qualquer resposta, vim novamente à reunião desta Assembleia de dia 14 de Setembro de 2003 e entreguei os papéis na Mesa porque só podiam intervir 10 pessoas e eu era o décimo primeiro. -----

----- O Senhor Presidente respondeu-me com o máximo respeito que ainda não tinha resposta do Sr. Presidente da Câmara e que, logo que tivesse resposta, me comunicaria o respectivo teor. -----

----- Certamente porque o Sr. Presidente da Câmara ainda não se dignou dar qualquer resposta, e já lá vão sete meses, também ainda nada me foi comunicado. -----

----- E as questões são importantes, não só para os moradores da Av. de Ceuta Norte, como para a Cidade de Lisboa. -----

----- Parece que estamos perante umas novas obras de Santa Engrácia. -----

----- Temos a travessia aérea da Avenida, que só foi executada depois de os moradores, esgotados todos os alertas e pedidos, mostrarem o que são capazes e terem cortado duas vezes o trânsito em protesto contra o perigo diário que corriam a atravessar a Avenida. Pois ainda não está completa por forma a garantir real segurança na travessia, sem luz nem cobertura. -----

----- Mas que dizer então do Posto Médico? -----

----- Senhor Presidente, o Posto – uma excelente construção com todas as condições – continua a degradar-se, encerrado e sem responder à sua função. E nós continuamos a ter que ir ao Posto 19, que já não dá para as encomendas; por isso, muitas vezes, depois de estarmos horas à espera, temos que nos vir embora. E falo especialmente dos idosos e dos pais e mães com crianças de colo, às vezes com 40 graus de febre. --

----- É estranho que estejam sempre a apelar para os nossos deveres de cidadãos e se esqueça os deveres de Presidente da Câmara, que é respeitar os nossos direitos. «Cumpre tu que nós estamo-nos nas tintas» parece ser o lema desta Câmara que tanto

criticou a anterior. Às vezes até podia ter razão, mas se a tinha perdeu-a, porque afinal não passava de eleitoralismo: eleitos há dois anos e ainda nem uma resposta deram aos moradores acerca do Posto Médico. -----

----- Mas, como se podia prever, o Posto Médico, embora fechado, já tem uma utilidade. Descobriram-na os toxicodependentes, que nos espaços exteriores cobertos fazem as suas salas de chuto, já que o Governo não as consente com as devidas normas de segurança e higiene. -----

----- Portanto, os moradores que vieram para o Bairro com a esperança de se libertarem dos perigos para a saúde e do mau exemplo para as crianças dos toxicodependentes a injectarem-se ao ar livre, estão de novo confrontados com esse problema, graças à incúria do Sr. Presidente da Câmara e ao desprezo a que vota os moradores. O pior é que começa a haver o perigo de confrontos entre os moradores, que estão dispostos a tudo para tirarem dali os infelizes que se drogam sem quaisquer cuidados e sem respeito pelos moradores. À noite também é uma barulheira, que não deixa descansar ninguém ali à volta. -----

----- Eu defendo que os moradores não têm que se zangar com os infelizes, mas sim com o Presidente da Câmara e o Governo. -----

----- A situação é uma vergonha para a Câmara. Como não há casino nem hotéis de charme, terão de ser os moradores a mostrar aquilo de que são capazes? -----

----- Senhor Presidente, peço que esta Assembleia adopte esta causa com toda a sua força de representante democrática dos cidadãos desta Cidade, que merecem ser respeitados enquanto cidadãos e não apenas arrebanhados com promessas falsas enquanto eleitores. -----

----- Os moradores já mostraram que sabem esperar, mas também já mostraram o que são capazes quando não lhes liga quem tem o dever maior de os respeitar e satisfazer as suas reivindicações legítimas, justas e democráticas.” -----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu que a Assembleia iria proceder ao envio da documentação deixada pelo Sr. Artur Palácios, à Câmara Municipal, e aguardava-se que a Câmara tomasse devida nota da intervenção para que se pudesse obter uma resposta, que lhe seria enviada assim que dela houvesse conhecimento. -----

----- **A Sra. D. Maria de Fátima Mateus**, moradora na Rua Tito de Moraes à Charneca do Lumiar, nº37, r/c, Porta B, 1750 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Srs. Doutores e Doutoradas, por favor, eu vinha cá hoje apresentar este caso que já se arrasta há dois anos. -----

----- Eu moro no Alto da Charneca e pedi uma transferência na GEBALIS, onde há dois anos se arrasta este pedido, que tanto me afecta. O meu marido tem uma doença incurável, a doença de Parkinson, que já me cai e eu preciso que me ajudem porque não tenho ninguém. Preciso de um favor do vosso coração, que tenham atenção e pena de mim e do meu marido, que tanto precisamos e que já se arrasta há dois anos e não há meio de resolverem esta situação. -----

----- Eu pedi a transferência para ir para o Lumiar, para uma casa da Câmara que está lá fechada há anos, onde eu possa ter a minha família para me dar apoio. -----

----- O meu marido já me vai caindo e ficando debaixo dos carros. Ele não sabe o que faz. Tenho que o vestir, fazer a barba, calçar, tenho que lhe fazer tudo. Infelizmente, não tenho saúde nenhuma e ando no Hospital Santa Maria, que tenho aqui um documento que prova, para os Senhores verem como é verdade aquilo que estou a dizer. Tenho que estar lá amanhã e ele vai comigo, para sermos vistos pelos médicos, que é lá que estamos a ser tratados. Fica muito longe de onde eu estou a morar e gostava que me pudessem ajudar, que olhassem para o meu problema, que é muito grave. -----

----- Eu queria que os Senhores tivessem muita pena de nós, porque nós estamos a pedir uma coisa como se fosse um bocadinho de pão para a boca. Está-me a afectar o bocadinho de saúde que eu tenho e no fim eu quero ajudar o meu marido, vou dar com o meu marido caído no meio do chão e não tenho ninguém que me dê a mão. -----

----- É só isso que eu peço, que olhem para o meu caso, porque eu digo que todas as pessoas precisam, mas eu sou uma pessoa que preciso muito, se não precisasse não estava aqui a incomodar as Vossas Excelências, que têm o meu processo na GEBALIS e lá já me disseram, uma vez que eu vinha à Câmara, que o Sr. Presidente fizesse o favor de me passar uma declaração a dar ordem para me fazerem essa transferência. Está lá a Sr^a. Dr^a. Helena e antes estava a Sr^a. Dr^a. Neles, que queria que eu fosse mudada. Estava lá a Sr^a. Dr^a. Susana, que também disse que sim e agora, não sei porquê, não há meio de me darem o despacho. Então, pedem-me uma declaração do Senhor que manda, da Senhora Vereadora e de tudo, um documento para me poderem fazer essa transferência para a minha terra. -----

----- É isso que eu peço a Vossas Excelências, a todos, que do vosso coração olhem para a nossa doença, que eu não posso subir uma escada ou uma ladeira, não tenho autocarro à porta e é uma tristeza andar com o meu marido, que já me cai. Infelizmente já não é só ele sozinho, sou eu também que não posso e não tenho ninguém e peço para ir para o pé da minha família.” -----

----- **O Senhor Presidente** referiu que a Senhora Vereadora da Habitação Social estava presente e naturalmente já teria tomado a devida nota, bem como todos os Srs. Deputados -----

----- A intervenção iria ser enviada à Câmara Municipal e, logo que houvesse uma resposta, entrar-se-ia em contacto com a Senhora Fátima Mateus. -----

----- **O Sr. Joaquim de Abreu de Sá**, morador na Praceta Alice Pestana, nº3, 1ºB, Arroja, 2675-542 Odivelas, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar queria agradecer ao Exm^o. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Deputados Municipais o tempo que nos dão para expor o parecer da Associação Ciganos de Hoje. -----

----- A Associação Ciganos de Hoje, a qual eu faço representar, quer manifestar aqui publicamente e em nome de todos os moradores do Bairro do Vale do Forno, os mais sinceros agradecimentos pela forma correcta e humana como a Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa tratou o realojamento dos ciganos que viviam no Vale do Forno. -----

----- O porquê de nós virmos aqui publicamente agradecer à Exm^a. Senhora Vereadora. Como é do conhecimento de várias entidades aqui presentes, a anterior Administração da Câmara Municipal de Lisboa nunca fez um pequeno esforço para resolver o grave problema que afectava este Bairro, problemas estes que eu acompanhei como pastor da Igreja Evangélica de Filadélfia durante vários anos no antigo Colégio Militar em Benfica até ao terreno da Expo e depois para o Vale do Forno e hoje, actualmente, para o Bairro da Ameixoeira. -----

----- Durante estes anos, eu quero dar a conhecer que este povo viveu marginalizado, em condições desumanas, degradantes, humilhantes e sem o mínimo de condições de vida. Contribuindo estas condições para o maior afundamento moral a que foram arrastados a maioria dos jovens que ali viviam. Não contribuindo em nada esta situação para a integração social ou desenvolvimento cultural das pessoas que ali viviam, levando inclusivamente muitos jovens a abandonar a escola e ao insucesso escolar. -----

----- Mas graças à atitude corajosa e preocupada da Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa, renasceu então uma nova esperança já antes perdida de vida condigna e de um futuro melhor para o povo que ali vivia, criando para eles a tão almejada condição habitacional e integração social que lhes foi concedida por esta atitude corajosa. -----

----- Uma vez mais, em nome de todos nós aqui representados, os nossos mais sinceros agradecimentos à Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa, ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados. -----

----- Muito obrigado por tudo.” -----

----- **O Sr. Fernando Amadeu Alves Pinto**, morador na Rua Francisco Tomás da Costa, n^o59, 2^o, 1600-095 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu venho aqui com dois assuntos. O primeiro na qualidade de Presidente da Associação de Desenvolvimento Social e Cultural da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, para manifestar o nosso apreço pelo desempenho e pela forma como temos sido tratados pela Câmara Municipal, que tudo tem feito para nos apoiar e para ajudar a implementar este grandioso projecto da nossa Associação. -----

----- Queria agradecer também de uma forma especial ao Gabinete da Sr^a. Vereadora Helena Lopes da Costa, Vereadora da Acção Social, porque tem desempenhado um papel preponderante em todo este nosso empenho de tentar implementar a nossa Associação. -----

----- Queria também, de uma forma muito especial, agradecer toda a disponibilidade demonstrada pela GEBALIS na distribuição e em todo o processo de implementação das nossas infra-estruturas. -----

----- Por outro lado, também queria agradecer o desempenho que a Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e a sua Junta de Freguesia tem demonstrado connosco, a desenvolver este projecto. -----

----- O segundo aspecto que eu queria falar, e permitam-me que fale nele, é uma questão que agora está na moda, que é o túnel do Marquês. Eu queria dizer que existem outros assuntos muito mais importantes, isto perante o meu ponto de vista, para se falar, porque de facto Lisboa precisa do túnel. O túnel é uma obra muito

importante para Lisboa e eu penso que vai trazer muitas vantagens para a Cidade de Lisboa.” -----

----- **O Sr. Pedro Oliveira**, morador na Rua Veloso Salgado, nº29, 1ºEsq., fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu vou ser muito breve no que vou dizer. O que me traz aqui é um assunto para mim muito sensível, o túnel do Marquês de Pombal. -----

----- Transito nele todos os dias, pelo menos hei-de transitar no futuro, e acho que é uma obra que se deve apoiar incondicionalmente, não só porque em princípio irá retirar trânsito particular de cima da Cidade, daquela zona do Marquês de Pombal, como irá proporcionar uma maior fluência do trânsito público na parte superior da via. Acho assim que existe uma falsa questão nesta Assembleia, de se estar constantemente a prejudicar uma obra que vai ser muito importante ao nível da Cidade.” -----

----- **O Sr. Carlos Saul Oliveira**, morador na Av. do Uruguai, nº51-A, 1500-611 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar quero agradecer estes minutos, nos quais posso transmitir o meu pensamento como cidadão que se encontra neste momento algo indignado com o que querem fazer para esta Cidade de Lisboa. -----

----- A Cidade de Lisboa merece ser bem tratada e merece um cunho de desenvolvimento que neste momento penso que está a surgir. -----

----- Eu venho falar sobre um tema candente, que é o túnel do Marquês, mais conhecido por túnel das Amoreiras, que é uma obra de 20 milhões de euros e eu fico pasmado quando uma obra que foi aprovada em reunião de Câmara, cujo contrato foi visado pelo Tribunal de Contas, que se sujeitou a consulta pública, todos estes aspectos não tenham sido salvaguardados. -----

----- Não acredito que a Câmara Municipal de Lisboa começasse uma obra sem os elementos necessários, numa obra com este impacto, tanto do ponto de vista social, como do ponto de vista político. -----

----- A intervenção do actual Ministro das Obras Públicas, no meu entender, foi uma intervenção perfeitamente cívica, de esclarecimento. Não me repugna e nem fico indignado que essa intervenção tivesse acontecido, resultante de uma pessoa que viveu na Câmara e que na verdade é responsável em grande medida por esta obra ir para a frente, que deu o pontapé de arranque do ponto de vista técnico. Ele, mais do que ninguém, com certeza saberia e saberá esclarecer os assuntos que foram postos pela comunicação social e não só. Foi uma atitude que eu vejo como cívica e de respeito perante os munícipes. -----

----- Por fim, eu queria apelar para que esta Cidade não ficasse parada no tempo, que as pessoas se unissem dos diversos quadrantes políticos e que de alguma maneira avançassem com uma cidade moderna, que não seja uma cidade do sub-mundo e do sub-desenvolvimento. -----

----- Só peço é que Deus nos ajude a ver esta obra concluída e que possamos usufruir dela.” -----

----- **O Sr. Afonso Casimiro de Barros Queiroz**, morador na Rua Hernâni Cidade, nº1, 2º, 2700 Amadora, em representação da Associação Portuguesa de Distribuidores de Cervejas e Outras Bebidas, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu sou representante da Associação Portuguesa de Distribuidores de Cervejas e Outras Bebidas e a nossa presença aqui é no sentido de sensibilizar as autoridades, Assembleia Municipal e os Srs. Vereadores, para lhes manifestar a nossa grande preocupação pela leviandade com que foi aprovado em reunião de Câmara o novo Regulamento de Cargas e Descargas. -----

----- Queríamos pedir a atenção para o facto de se pretender resolver o trânsito na Cidade de Lisboa sacrificando uma classe trabalhadora, na medida em que lhe é imposta a obrigação de deixar de utilizar os camiões que utilizam normalmente há vários anos na Cidade de Lisboa, estando-lhes a ser imposta a substituição dessas viaturas por camiões até 6 toneladas e meia. -----

----- Por outro lado, e não será culpa do Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi dito numa reunião, após esse Regulamento ter sido aprovado, que na cidade alemã de Stuttgart já era assim, já só podiam circular camiões até 6 toneladas e meia. Isto não seria grave se não tivesse sido referido pelo Sr. Professor Catedrático que foi incumbido de fazer o estudo do novo Regulamento de Cargas e Descargas. -----

----- Não é verdade que em Stuttgart o transporte dos barris da cerveja e das caixas de cerveja, de água mineral, de sumos, refrigerantes e colas, só seja transportado em camiões de 6 toneladas e meia. -----

----- É evidente que nas zonas históricas por essa Europa fora, onde os camiões de 10 ou 12 toneladas não têm acesso porque são zonas históricas e de ruas apertadas, é evidente que aí, tal como já se faz em Lisboa com o Regulamento em vigor, nas zonas da Madragoa, do Bairro Alto, nas zonas pedonais, os profissionais da distribuição já utilizam pequenos camiões. -----

----- Queria ainda registar, para terminar, que toda esta discussão foi trabalhada nas costas dos profissionais da distribuição, mas, ao contrário, tiveram a presença dos grandes grupos económicos, nomeadamente da UNICER, da CENTRALCER, da Vidago Melgaço e Pedras Salgadas, da Associação dos Produtores de Cerveja, da Compal e também das Águas do Areiro. -----

----- Eu queria chamar a atenção e pedir a sensibilidade de V. Excelências para esta grave situação, na medida em que se estes profissionais ficam impedidos de circular em Lisboa com as viaturas que adquiriram e adaptaram para que os barris de cerveja e as caixas pudessem ser transportadas dentro da Cidade com toda a segurança, estas pequenas e médias empresas, estas micro-empresas não têm nenhuma possibilidade de continuar a sobreviver, porquê? Não porque não possam comprar os camiões, que não podem, ficam arruinados, ainda estão a pagar os camiões que estão a utilizar, mas o que acontece é que chegar a Lisboa às seis da manhã e trabalhar até às sete e meia, os clientes estão fechados, os bancos, as companhias de seguros, os restaurantes. Depois, para regressar a Lisboa das 19 às 21, vão encontrar os restaurantes a trabalhar e vão encontrar os cafés encerrados. O mercado da noite, esse não pode ser abastecido nos horários que foram apresentados, na medida em que o mercado da noite é por tradição

abastecido depois das 15 horas, pelo que durante a noite, no horário que disponibilizam, não é possível atender esse tipo de clientela. -----

----- Queria ainda, por último, referir que é muito importante sensibilizar esta Assembleia porque estas reuniões foram feitas, elaboradas e discutidas sem a presença da parte mais interessada, da parte mais fraca, a quem competia defender os seus pontos de vista. -----

----- Muito obrigado Sr. Presidente e Srs. Deputados, agradeço a atenção que dispensaram e que esta mensagem os leve a pensar que há qualquer falha de transparência, na nossa opinião, na medida em que o Professor Catedrático disse que não sabia sequer quanto pesava um barril de cerveja.” -----

----- **O Senhor Presidente** agradeceu todas as intervenções e, terminado o período de intervenção do público, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS** -----

----- O Senhor Presidente pôs em apreciação as actas números 39, 40, 41, 42, 43 e 44, que previamente foram distribuídas e, como ninguém manifestou desejo de intervir sobre o conteúdo das mesmas, de imediato as submeteu à votação, em conjunto, tendo a Assembleia deliberado aprová-las, por unanimidade. -----

----- Anunciou que foram apresentadas as seguintes moções: -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- (Recomendação) -----

----- “Para o fim das canalizações de águas em chumbo.” -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa realizou no passado dia 25 de Novembro um colóquio sob o tema «a cidade de Lisboa e a água», associando-se em boa hora à iniciativa das Nações Unidas de declaração de 2003 como o Ano Internacional da Água Doce. -----

----- Entre as muitas e importantes questões suscitadas no decurso do colóquio, foi identificado o problema das canalizações de chumbo, pela sua expressão ao nível dos impactos e consequências para a saúde. -----

----- Conhecido de há muito - e por isso já objecto de medidas legislativas (e directivas comunitárias) de proibição da instalação dessas canalizações - foi sublinhado o facto de mesmo água que sai tratada sem valores de metais pesados ao ser transportada por canalizações de chumbo poderá muito rapidamente chegar ao consumidor com valores que excedem os máximos permitidos. -----

----- A este facto acresce que os metais pesados constituem um tipo de envenenamento progressivo, cumulativo (lento e não imediatamente perceptível) e também por isso irreversível - fixa-se nos ossos, no fígado, rins, baço, gengivas, cérebro, músculos, etc. -----

----- A EPAL anunciou, na mesma iniciativa, estar há já algum tempo a fazer esforços para a total substituição das respectivas canalizações de chumbo da rede pública sublinhando, no entanto, que as redes dentro dos edifícios não serem da sua responsabilidade. -----

----- Lisboa, cidade histórica, tem um vasto conjunto edificado. Há muitos anos que o município desenvolve iniciativas para a valorização, promoção e revitalização da cidade, assumindo igualmente a ambição de fixação e recuperação de população a nela residir. -----

----- Aparentemente, ninguém saberá exactamente qual a expressão real deste problema, uma vez que não existirá qualquer levantamento dos edifícios que terão já sido objecto de renovação das respectivas redes (por iniciativa dos proprietários ou das autoridades públicas), estimando-se, no entanto, que afecte a maioria dos edifícios construídos anteriormente à proibição da utilização das redes de chumbo. ---

----- Havendo já há cerca de 12 anos a proibição de inclusão destas redes em projecto, tal foi reforçado, há mais de 5 anos, pela imposição de substituição das redes nos caso de: intervenções que correspondam à necessidade de mudança da coluna a montante ou quando se pretenda a mudança parcial da rede. -----

----- Para além das obras dos proprietários e moradores ou directamente das autarquias e autoridades públicas, a Administração desenvolveu e disponibilizou um conjunto de programas e ferramentas de apoio e incentivo à reabilitação urbana e do edificado (RECRUA, etc). -----

----- No entanto, verifica-se que: -----

----- Quer no processo de licenciamento de obra quer na candidatura para apoio à reabilitação do edificado, não é factor condicionante nem obrigatório (nem é imposto pelo regulamento dos próprios programas nem existindo a orientação municipal nesse sentido) a substituição das redes de chumbo de águas (ao contrário do que acontece por exigência da EDP, com a electricidade); -----

----- As próprias intervenções municipais, quando não são profundas, não incluem a substituição das redes de águas; -----

----- Não existe nenhuma medida ou programa concreto que conduza à substituição sistemática e calendarizada destas redes. -----

----- Neste sentido, é possível ir fazendo obras de conservação sem que em nenhum momento haja a necessidade ou obrigatoriedade de substituição das redes de águas em chumbo. -----

----- Assim, os eleitos em representação do Partido Ecologista "Os Verdes" na Assembleia Municipal de Lisboa propõem a aprovação da seguinte deliberação: -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa afirma a sua preocupação e solicita o empenho de todas as entidades com responsabilidades, directas e indirectas, no sentido de desenvolver (aprofundar, conciliar, renovar) instrumentos financeiros e de reabilitação urbana que assegurem a sensibilização, envolvimento, participação e acção da sociedade civil e de todos os proprietários e moradores no sentido de corrigir e acabar com a situação existente relativa às canalizações de água em chumbo - dando resposta aos três pontos destacados - de tão graves consequências para o bem estar e saúde pública. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa recomenda ao executivo municipal que elabore um programa que diagnostique, quantifique, calendarize e articule as diversas formas de intervenção (públicas e privadas) e ferramentas de apoio à reabilitação,

assumindo uma intervenção activa no sentido de resolver este problema, quer ao nível das obras e intervenções municipais, quer no licenciamento e autorização de obras privadas, quer na regulamentação de instrumentos de apoio financeiro para reabilitação urbana. -----

----- Desta moção / recomendação deverá ser dado conhecimento à Câmara Municipal de Lisboa, ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República, aos grupos parlamentares da Assembleia da República, ao Exmo Sr. Primeiro Ministro, aos Exmos Ministros do Ambiente, da Saúde e das Obras Públicas e Habitação, ao Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, à Associação de Proprietários Lisbonenses, à Associação de Inquilinos. -----

----- (Apresentada pelo PEV) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “Sobre o Aborto em Portugal” -----

----- Considerando que: -----

----- 1- No passado dia 16 de Dezembro de 2003 iniciou-se, em Aveiro, o julgamento de 7 mulheres acusadas da prática de aborto e de, entre outros, familiares directos e namorados das mulheres acusadas de cumplicidade. -----

----- 2 - Já em 2002 teve lugar, na Maia, o julgamento de 17 mulheres acusadas da prática de aborto, tendo-se verificado, desde então, uma série de acções policiais, bem como o aumento do registo pelas autoridades policiais dos casos de aborto. -----

----- 3 - O aborto é um grave problema de saúde pública. Segundo dados oficiais, em 2002, cerca de 11 mil mulheres deram entrada nos hospitais públicos por aborto, das quais apenas 675 correspondem a abortos praticados ao abrigo da lei. Dados da Associação Internacional para o Planeamento da Família apontam para uma estimativa de abortos clandestinos no nosso país na ordem dos 40 mil/ano, existindo, contudo, cálculos que apontam números superiores. Todos os anos se registam mortes de mulheres na sequência de aborto clandestino, como também sequelas graves para a saúde de outras mulheres. Também, todos os anos são investigadas e sujeitas a julgamento mulheres acusadas da prática de aborto. -----

----- 4 - Estes dados revelam que Portugal continua a manter uma lei desajustada da realidade social, uma lei desumana, uma lei cruel para as mulheres, uma lei que representa um verdadeiro atentado à saúde pública. -----

----- 5 - Contrariando recentes recomendações internacionais, nomeadamente das Nações Unidas e Parlamento Europeu, que recomendam a não perseguição judicial das mulheres que recorrem ao aborto, Portugal mantém, ao lado da Irlanda, uma das legislações mais restritivas da União Europeia, expondo as mulheres ao aborto em condições que põem em causa a sua saúde, sujeitando-as a serem investigadas, julgadas e condenadas. -----

----- 6 - A manutenção da criminalização da interrupção voluntária da gravidez não resolveu, nem resolverá, este grave drama social. Uma lei que despenalize o aborto não se impõe à consciência individual de cada um, nem obriga alguém a recorrer ao aborto. -----

----- Nestes termos, os deputados da Assembleia Municipal de Lisboa reunidos a 20 de Janeiro de 2004, em Sessão Extraordinária, e, também atendendo ao agendamento para 3 de Março de 2004 na Assembleia da República do debate da Lei - Despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, deliberam: -----

----- 1 - Expressar a sua solidariedade para com as mulheres acusadas da prática de aborto em julgamento no tribunal de Aveiro. -----

----- 2 - Apelar à Assembleia da República para que tome as medidas legislativas necessárias à alteração da actual lei penal, permitindo a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez até às 12 semanas, a pedido da mulher, para uma maternidade consciente e para protecção da saúde da mulher. -----

----- 3 - Enviar a presente moção às seguintes entidades: Presidente da República, Assembleia da República, Grupos Parlamentares, Governo, Procurador-Geral da República, Conselho Superior da Magistratura, Provedor de Justiça, Imprensa Nacional diária e semanal; -----

----- 4 – Propõe-se a publicação desta moção em 2 jornais de tiragem nacional; -----

----- 5 – Que a moção seja enviada a todos os órgãos de soberania. -----

----- (Apresentada pelos Grupos Municipais do PCP, PS, BE e PEV) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO TRÊS** -----

-----“Saudação ao X Congresso da CGTP” -----

----- A CGTP é uma força insubstituível aglutinadora e organizadora da vontade dos trabalhadores por mais democracia, pelo progresso económico social, cultural e pela paz. -----

----- Sempre com os trabalhadores construindo a solidariedade e a unidade, organizando e dinamizando a sua intervenção colectiva lutando por uma vida melhor, pugnando pela Democracia e fomentando o progresso social. -----

----- A CGTP foi sempre uma força decisiva nos momentos decisivos. -----

----- Esteve sempre na primeira linha da luta pela conquista e defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. -----

----- É uma força que sabe que, para construir o futuro é preciso começar por encontrar respostas para os problemas do presente. -----

----- A CGTP é uma grande organização sindical que luta para que os trabalhadores e as suas famílias vivam melhor. -----

----- Luta, porque entende que o aumento dos salários é não só um direito dos trabalhadores e um acto de justiça, mas também uma necessidade para que haja crescimento do consumo, do investimento e da procura, logo, uma condição para fazer sair Portugal da crise e da recessão. -----

----- Luta, porque entende que a valorização e dignificação do trabalho e do emprego não devem ser palavras vãs. -----

----- Demonstra por isso, que a melhoria dos salários não é incompatível com os direitos e regalias dos trabalhadores. -----

----- Não é inconciliável, por exemplo, com o direito a um horário de trabalho que permita organizar a vida das pessoas, com direito a ter férias e feriados, com o direito a ter um contrato de trabalho que garanta minimamente a segurança no emprego. -----

----- A CGTP sabe que todos estes direitos têm uma função social, porque são indispensáveis à estruturação democrática nas sociedades, à organização familiar e constituem, um impulso decisivo ao desenvolvimento equilibrado das empresas e do país. -----

----- É com esta convicção e compreensão que a CGTP realiza o seu X Congresso nos próximos dias 30 e 31 de Janeiro de 2004 em Lisboa; -----

----- Assim: -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 20 de Janeiro de 2004, decide: ----

----- Saudar o X Congresso da CGTP – Intersindical Nacional.” -----

----- (Apresentada pelos Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- O início do ano está a ser marcado por um generalizado aumento de preços de um vasto conjunto de bens e serviços essenciais, aumento esse que irá contribuir para tornar mais gravosa a difícil situação em que se encontram milhares de famílias portuguesas. -----

----- Ao contrário da ideia difundida pelo Governo de que se avizinham melhores dias, a realidade para o ano de 2004 e para a grande maioria dos portugueses é esta: menos dinheiro e maiores custos no que é fundamental à subsistência familiar. -----

----- O aumento de preços atinge sectores tão diversos como a alimentação, a habitação (sendo 3,7% o aumento de rendas de casa), o ensino (mensalidade de creches e infantários, manuais escolares, propinas), as taxas moderadoras e os medicamentos, a electricidade (que, no quadro da União Europeia, já é a mais cara para os consumidores domésticos), os combustíveis, os seguros automóveis, as portagens, os transportes, as comunicações, o pão , a água, as taxas de justiça e de notariado, etc. -----

----- Estes aumentos são particularmente chocantes pois são os que maior peso têm nos orçamentos familiares mais modestos, em que, como sabemos é maior a percentagem de gastos com os bens de primeira necessidade. Neste contexto o anunciado aumento do preço do pão, sem correspondência com os custos efectivos dos cereais, é escandaloso, visto que o pão é o último recurso alimentar para idosos e famílias com redução drástica de capacidade de aquisição de importantes bens alimentares. -----

----- Os aumentos de preços dos bens e serviços essenciais agravará ainda mais as desigualdades sociais e o nível de vida e conduzirá inexoravelmente ao aumento da pobreza e da exclusão social, bem como ao afastamento das condições de vida existentes noutros países da União Europeia. -----

----- Esta subida generalizada de preços contradiz frontalmente os valores previstos pelo Governo no Orçamento de Estado para a taxa de inflação para 2004 entre 1,5% a 2,5%, valores que servem de referencial para a fixação do valor anual dos salários e pensões, penalizando trabalhadores e pensionistas. A situação é tanto mais grave quando a comparamos com a redução do valor dos salários e menos salários pagos, resultantes do crescimento do desemprego. -----

----- Face a esta situação, a Assembleia Municipal de Lisboa protesta veementemente junto do Governo contra a política de aumento generalizado de preços de bens e serviços essenciais, alertando para as consequências de degradação de condições de vida e de exclusão social a que conduzirá. -----

----- Propõe-se a publicação desta Moção em 2 jornais de tiragem nacional. -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- (Voto de pesar) -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa manifesta o seu pesar pela morte de José Carreira e envia aos seus familiares as condolências municipais. -----

----- José Carreira, pioneiro na luta pelo associativismo policial na Policia de Segurança Pública, era natural de Mira de Aire, onde concluiu os estudos secundários trabalhando, de dia, numa fábrica têxtil. -----

----- Desenvolveu, então, alguma actividade na Juventude Operária Católica (JOC). --

----- " foi aí que despertei um pouco para estas coisas " confessou José Carreira, em 1989, ao jornalista Afonso Praça. -----

----- José Carreira é um exemplo de combatividade na luta pelos ideais em que acreditava. A defesa dos valores por que norteou a sua actividade com prejuízo da vida pessoal e familiar são uma mensagem que deixa a todos os que se empenham na luta pela liberdade e pela democracia. -----

----- Nome para sempre ligado à Associação Sindical dos Profissionais de Policia (ASSP/PSP) pela qual lutou, muitas vezes em condições adversas, desempenhava funções de Presidente da Assembleia Geral à data da sua morte, em 30 de Dezembro último. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa sugere à Câmara Municipal de Lisboa que considere a atribuição do nome de José Carreira a uma artéria de Lisboa, de preferência na Freguesia de Marvila, onde residia. -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SEIS** -----

----- (Recomendação) -----

----- 1. Considerando o debate realizado nesta Assembleia Municipal de Lisboa aquando da discussão e votação do Orçamento e do Plano de 2004; -----

----- 2. Considerando a necessidade de receitas urgentes, para que a CML consiga fazer face ao primeiro objectivo da urgente recuperação da cidade; -----

----- 3. Considerando que os milhares de edifícios do Estado e do poder central não pagam imposto autárquico, apesar de beneficiarem de todas as infra-estruturas custeadas pela Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- 4. Considerando que Lisboa não tem de pagar os custos da capitalidade, ainda por cima exagerados pela tradição histórica do centralismo e da macrocefalia do aparelho de estado; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 20 de Janeiro de 2004, decida: -----

- 1. Solicitar à CML o início de negociações com o Governo no sentido de reclamar que todos os edifícios do Governo central passem a pagar o novo imposto autárquico como qualquer outro proprietário; -----
- 2. Solicitar à CML que informe permanentemente esta Assembleia do desenrolar de tais negociações; -----
- 3. Solicitar à CML que estude quanto caberia entrar nos cofres do município caso os edifícios do aparelho central pagassem imposto como todos os outros proprietários; -----
- 4. Publicar esta moção nos principais diários publicados na Cidade de Lisboa. ---

----- **MOCÃO NÚMERO SETE** -----

- 1. Considerando o debate realizado nesta Assembleia Municipal de Lisboa aquando da discussão e votação do Orçamento e do Plano de 2004; -----
- 2. Considerando a necessidade de receitas urgentes para que a CML consiga fazer face ao primeiro objectivo da urgente recuperação da cidade; -----
- 3. Considerando que a banca paga menos taxa de IRC do que qualquer outra empresa, micro, pequena, média ou grande; -----
- 4. Considerando que ao pagar menos IRC a banca, por consequência, paga ainda menos derrama aos municípios pois esta recai sobre o IRC declarado; -----

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 20 de Janeiro de 2004, decida: -----

- 1. Solicitar que a Assembleia Municipal solicite reuniões aos representantes de todos os partidos na Assembleia da República no sentido de os sensibilizar para esta injustiça de os mais poderosos serem aqueles que menos impostos pagam; -----
- 2. Solicitar aos partidos da Assembleia da República que revejam os valores das taxas do IRC no sentido de aumentarem a justiça social, nomeadamente aumentando as receitas dos municípios; -----
- 3. Publicar esta Moção nos principais diários publicados na Cidade de Lisboa. ---

----- **MOCÃO NÚMERO OITO** -----

----- (Recomendação) -----

- 1. Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa teve há mais de um ano um debate, apresentado pela Câmara Municipal de Lisboa, sobre o Túnel do Marquês de Pombal; -----
 - 2. Considerando que além da oposição genérica da maioria da Assembleia Municipal à realização dessa obra, foi solicitado, nomeadamente pelo Bloco de Esquerda, ao Sr. Vereador de então, Eng^o Carmona Rodrigues um corte longitudinal do traçado do túnel; -----
 - 3. Considerando que apesar de ter passado mais de um ano, apesar de já se terem iniciado as obras sem qualquer nova informação a esta Assembleia, apesar de mais de uma vez aqui se terem pedido tais plantas e cortes, nunca a Câmara Municipal enviou a esta Assembleia tal pretensão; -----
- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 20 de Janeiro de 2004, decida: -----

----- 1. Solicitar à CML, com carácter de urgência, as referidas plantas e cortes longitudinais do Túnel do Marquês de Pombal; -----

----- 2. Solicitar à CML, com carácter de urgência, uma informação cabal sobre a legalidade da obra em curso, em função do processo interposto pelo Advogado José Sá Fernandes; -----

----- 3. Publicar esta Moção nos principais diários publicados na Cidade de Lisboa. ---
----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

MOÇÃO NÚMERO NOVE

----- (Recomendação) -----

----- 1. Considerando o debate realizado nesta Assembleia Municipal de Lisboa aquando da discussão e votação do Orçamento e do Plano de 2004; -----

----- 2. Considerando a necessidade de medidas urgentes e excepcionais para a CML consiga fazer face ao primeiro objectivo da urgente recuperação da cidade; -----

----- 3. Considerando que, tal como para acabar com os bairros de barracas, o Governo da República arranhou um meio excepcional como foi o PER, a recuperação de Lisboa e das 75.000 casas devolutas também exigem um plano excepcional para a sua recuperação; -----

----- 4. Considerando que é necessário um combate claro e preciso à especulação imobiliária, nomeadamente impedindo do abandono dos edifícios até estes ruírem; ---

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 20 de Janeiro de 2004, decida: -----

----- 1. Solicitar que a Câmara Municipal de Lisboa, reclame junto do Governo, medidas excepcionais para a recuperação da cidade, nomeadamente, quer nos meios financeiros necessários a tal acção, quer nos meios legais de intervenção nos casos onde os senhorios não respondam positivamente à colocação no mercado dos fogos devolutos num prazo determinado; -----

----- 2. Publicar esta Moção nos principais diários publicados na Cidade de Lisboa. ---
----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do BE) -----

MOÇÃO NÚMERO DEZ

----- (Recomendação) -----

----- 1. Considerando o debate realizado nesta Assembleia Municipal de Lisboa aquando da discussão e votação do Orçamento e do Plano de 2004 -----

----- 2. Considerando a necessidade de receitas urgentes para que a CML consiga fazer face ao primeiro objectivo da urgente recuperação da cidade; -----

----- Considerando que, apesar de já por várias vezes se ter solicitado à Câmara Municipal de Lisboa, quais as previsões da quantia não entrada nos cofres do município, com a fuga ao fisco, tal nunca foi respondido; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 20 de Janeiro de 2004, decida: -----

----- 1. Solicitar que a Câmara, junto do Ministério das Finanças, solicite uma projecção estimativa da quantia que poderia entrar nos cofres da cidade se não houvesse fuga ao fisco -----

----- Publicar esta Moção nos principais diários publicados na Cidade de Lisboa. -----

----- (Apresentado pelo Grupo Municipal do BE) -----
----- **MOCÃO NÚMERO ONZE** -----
----- “Por mais segurança em Lisboa” -----
----- Infelizmente Lisboa é hoje uma cidade insegura. -----
----- Esta situação começa a ser alarmante, provocando uma enorme preocupação,
para não dizer medo, nas pessoas quando andam na rua. -----
----- No espaço de um mês entre 15 de Dezembro e 15 de Janeiro - foram assaltadas,
em pleno dia, duas lojas de uma Relojoaria, na cidade de Lisboa. -----
----- Esta situação, a par da cada vez, menor presença de agentes da PSP nas ruas, faz
aumentar exponencialmente o sentimento de insegurança dos cidadãos. -----
----- A Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida, delibera: -----
----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que apresente ao Governo a
absoluta necessidade do reforço do policiamento em Lisboa, designadamente a
dotação das novas esquadras de Policiamento de Proximidade; -----
----- 2. Recomendar à CML a maior rapidez na conclusão das obras para as Esquadras
da Ajuda, Ameixoeira., Campolide (Bairro da. Bela Flor), Alto do Lumiar e Santa
Maria dos Olivais, para a instalação de Policiamento de Proximidade pela PSP; -----
----- 3. Publicar esta moção em dois jornais locais. -----
----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PS) -----
----- **MOCÃO NÚMERO DOZE** -----
----- “Pelo Bairro de Santa Cruz” -----
----- Considerando que terminou recentemente a Consulta Pública para o projecto do
sublanço da Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL) entre a Buraca e a Pontinha.
----- Considerando que não existe a certeza de que as Promessa feitas aos moradores
do Bairro de Santa Cruz, pelo Presidente e pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal
de Lisboa. -----
----- Considerando que a Assembleia Municipal de Lisboa, em sucessivos mandatos,
tem reiteradamente manifestado o seu apoio a esta Justa Luta dos moradores daquele
Bairro. -----
----- A Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida, delibera: -----
----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que defenda junto do Governo a
absoluta necessidade de garantir a qualidade de vida no Bairro de Santa Cruz, para o
que deve optar pela solução em Túnel, sem quaisquer demolições de moradias; -----
----- 2. Publicar esta moção em dois jornais locais. -----
----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PS) -----
----- **MOCÃO NÚMERO TREZE** -----
----- “Por melhores condições de vida” -----
----- As expectativas dos portugueses para este ano são muito pessimistas, apesar do
discurso oficial da retoma, o que é facto é que a crise acentua-se. -----
----- Portugal vai em 2004, uma vez mais continuar a divergir da União Europeia,
repetindo o que sucedeu em 2002 e em 2003. -----
----- Infelizmente, o Governo prepara-se para congelar os vencimentos de cerca de
450 mil funcionários públicos, pelo segundo ano consecutivo. -----

----- Na verdade, o Governo prepara-se para congelar os vencimentos de cerca de 45% dos trabalhadores do Estado e de 43% dos reformados, porque auferem vencimentos e pensões superiores a MIL EUROS mensais. -----

----- Contudo, o mesmo Governo aumentou de forma principesca, os 70 administradores dos 31 hospitais empresarializados, equiparando os salários a gestores de empresa pública, com retroactivos à data da tomada de posse. Os "reduzidos" retroactivos, relativos a 12 meses, correspondem a acréscimos mensais de três mil euros. -----

----- Com estas situações, os eleitos do PS na Assembleia Municipal de Lisboa, não podem deixar de manifestar a sua frontal discordância com a disparidade das posições adoptadas pelo Governo. -----

----- Nestes Termos, propomos que a Assembleia Municipal delibere: -----

----- 1. Manifestar o seu veemente protesto junto do Governo, pela política que adoptou, que está a retirar poder de compra aos trabalhadores, designadamente, pelo tratamento que está a impor aos funcionários públicos, que irão ver bastante agravadas as suas condições de vida, pelo segundo ano consecutivo; -----

----- 2. Manifestar o seu apoio aos trabalhadores, na sua luta contra esta situação que degrada a sua qualidade de vida; -----

----- 3. Publicar esta Moção em dois jornais diários. -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PS) -----

----- **MOÇÃO NÚMERO CATORZE** -----

----- 1 - Considerando que factos recentes - amplamente divulgados pela comunicação social - vieram colocar dúvidas quanto à legalidade da construção do Túnel das Amoreiras, nomeadamente pela circunstância de tal obra ter sido aprovada sem se fazer acompanhar por um estudo credível sobre as suas consequências quanto ao volume de tráfego e sobretudo pela ausência de qualquer estudo de impacto ambiental; -----

----- 2 - Considerando que o anteprojecto inicial não corresponde ao projecto actualmente em construção, tendo sido o referido anteprojecto inicial aquele que mereceu parecer positivo do Tribunal de Contas; -----

----- 3 - Considerando que dada a natureza das alterações já conhecidas se podem levantar dúvidas se o actual projecto em construção continuaria a merecer a aprovação do Tribunal de Contas; -----

----- 4 - Considerando ainda que a intervenção despropositada do Sr. Ministro das Obras Públicas - numa clara promiscuidade institucional de funções - no sentido de "esclarecer" aquilo que em primeiro lugar deveria ser esclarecido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, apenas vieram provocar um maior cepticismo quanto às envolventes desta obra, podendo-se até duvidar, pelas suas palavras, se o actual Ministro e ex-Vereador conhece efectivamente as alterações introduzidas ao anteprojecto inicial que ele próprio caucionou enquanto responsável político; -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa delibera: -----

----- 1 - Solicitar formalmente à CML, com carácter de urgência; que sejam fornecidos a esta Assembleia o anteprojecto inicial, com todos os mapas e o actual

projecto em curso, igualmente acompanhado de todas as plantas respeitantes a esta obra; -----

----- 2 - Solicitar formalmente à CML informações concretas respeitantes às consequentes alterações orçamentais originadas pelas alterações introduzidas; -----

----- 3 - Solicitar à CML que, independentemente da obrigatoriedade legal ou não de a tal se proceder, que encomende com carácter de urgência a elaboração de um estudo sobre os impactos ambientais que esta obra necessariamente provocará. -----

----- 4 - Publicar esta Moção em dois jornais diários. -----

----- (Apresentada pelo Grupo Municipal do PS) -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS/PP)**, no uso da palavra para uma interpelação à Mesa, referiu que a sua intervenção se devia à Moção nº2, apresentada pelo Partido Comunista, por entender que a Mesa não a deveria ter admitido à votação nos termos em que foi redigida, designadamente no seu ponto 1. -

----- Ao fazer-se um apelo à absolvição num julgamento em curso, isso era uma ingerência clara de um poder político sobre o poder judicial. -----

----- Disse que a separação de poderes era um princípio basilar de qualquer estado de direito democrático, um princípio consagrado na Constituição e, portanto, a moção, nos termos em que estava redigida, não poderia nem deveria ser admitida. -----

----- **O Senhor Presidente** observou que no original, em sua posse, se dizia apenas “exprimir a sua solidariedade para com as mulheres acusadas das práticas de aborto, em julgamento no Tribunal de Aveiro”, tendo sido eliminada a parte seguinte. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Gonçalves (CDS/PP)** referiu que não tinha conhecimento dessa alteração. -----

----- **O Senhor Presidente** esclareceu que a questão tinha sido discutida e fora retirada essa parte. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Antunes (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião da Pedreira, no uso da palavra, disse que em 5 de Fevereiro de 2002 tinha feito uma intervenção na Assembleia sobre o Bairro Azul e os seus problemas, em especial sobre o trânsito, as árvores e o estacionamento. -----

----- Quanto ao primeiro tema, o reordenamento do trânsito, por sua proposta fora implementado, tendo recebido na Junta de Freguesia bastantes mensagens de residentes a congratularem-se com a medida colocada em prática, aliás, só possível com a prestimosa colaboração do Departamento de Tráfego e em especial do Director Municipal da Protecção Civil Segurança e Tráfego, Dr. Álvaro de Castro, a quem teria que agradecer. -----

----- Quanto à arborização da Rua Fialho de Almeida, informou que a obra já fora iniciada, com as caldeiras a ser colocadas, prevendo-se a plantação das árvores para dentro de dias. -----

----- Endereçou um grande bem haja ao Engº. Silva Ferreira, Director Municipal do Ambiente Urbano, e à sua equipa. -----

----- Sobre a situação preocupante do estacionamento, disse que melhorou bastante com a intervenção no reordenamento do trânsito. No entanto, aguardava-se que fosse levada a reunião de Câmara a alteração dos horários de funcionamento dos

parquímetros, devendo os mesmos serem prolongados até mais tarde e abrangerem o sábado e o domingo, face ao afluxo de muitos visitantes ao espaço comercial El Corte Inglés. -----

----- Referiu ainda que a zona do Bairro Azul foi cercada por empreendimentos que trouxeram inusitado movimento diário, de utentes e trabalhadores, tendo vindo a baixar a qualidade de vida dos seus residentes. Era o caso do El Corte Inglés, do Ambulatório dos SAMS do Sindicato dos Bancários de Sul e Ilhas, da Mesquita da Comunidade Islâmica de Lisboa, do Centro Totta e do Banco Nacional de Crédito Imobiliário. -----

----- Face ao défice de estacionamento no Bairro Azul, uma entidade propusera à Câmara Municipal de Lisboa a construção de um auto-silo na Rua Fialho de Almeida, que não se concretizou por não ter sido concedida autorização pela Universidade Nova de Lisboa e pelo IPPAR, em virtude da sua construção confinar com um terreno abrangido pela legislação de protecção a edifícios classificados de interesse público. -

----- Recordou que todos os edifícios de serviços dispunham de estacionamento, estando o do espaço comercial aberto entre as horas normais de funcionamento para os seus clientes. -----

----- Aquando da negociação do empreendimento não se tivera em conta a pressão de veículos e pessoas a esse espaço, para que o estacionamento pudesse ser utilizado pelos residentes. -----

----- Disse que também o Ambulatório do SAMS tinha 5 pisos de estacionamento com 400 lugares, devendo os dois últimos pisos ser para utilização pelos residentes, segundo proposta e autorização não escrita, como era hábito, pelo anterior Executivo Camarário. -----

----- Na altura da aquisição do edifício da Clínica do Dr. Idálio Oliveira pelo Sindicato dos Bancários, a Câmara Municipal de Lisboa autorizou o licenciamento de transformação do edificado desde que fosse criado estacionamento, o que era difícil, dado o prédio não ter sido estruturado para tal fim. O que aconteceu foi a Câmara oferecer àqueles uma parcela de terreno e ser retirado um pequeno espaço à Escola Básica 2+3 Marquesa de Alorna, o que possibilitou a construção de 3 pisos de estacionamento. -----

----- Numa visita ao empreendimento o Sr. Dr. João Doares achou, e muito bem, que devia ser alargado o estacionamento a 5 pisos, pois esconderiam a barreira existente, devendo esses dois andares serem colocados ao serviço dos residentes de uma zona carenciada de estacionamento, dado os prédios construídos nas décadas 30/40 do século passado não serem obrigados a fazê-lo. -----

----- Referiu que esse serviço bancário apenas tinha 3 andares de estacionamento licenciados, faltando para os outros dois a devida licença de utilização em virtude das autorizações verbais não terem sido colocadas no papel, o que criava agora grandes dificuldades para desbloquear essa situação. -----

----- Explicou que os bancários queriam colocar esse espaço a ser fruído pelos residentes, mas a preço acima do praticado em outros parques da Cidade e cedidos a

outras entidades em direito de superfície, quando o deles foi oferecido pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Disse que gostaria de ver essa situação resolvida por quem de direito o mais depressa possível. -----

----- Quanto à Mesquita, segundo julgava saber, aquando do seu licenciamento estava prevista nas suas caves a construção de estacionamento com 150 lugares para utilização dos seus fiéis. Ao que constava, teriam apresentado um projecto de alterações para transformar os lugares de estacionamento num grande auditório. A ser assim, solicitava que a Sr^a. Vereadora Maria Eduarda Napoleão esclarecesse se essas alterações estariam conforme o PDM em vigor. -----

----- Quanto ao Centro Totta, o estacionamento autorizado aquando da apresentação do projecto era para dois lugares e meio por cada cem metros quadrados de área bruta. Desconhecendo se estaria a ser licenciado, solicitou à Sr^a Vereadora que informasse a Junta de Freguesia o que lhe aproovesse sobre a referida edificação. -----

----- Salientou que duas das caves previstas no projecto para estacionamento estavam a ser utilizadas para arquivo, tendo sido implantado um *health-club* para os seus funcionários e familiares. -----

----- Referiu que essa era a prática de bancos e outras entidades, sem que para tal apresentassem à Câmara as alterações de utilização e perguntou onde estaria a fiscalização por parte da Câmara Municipal a essas situações. Se houvesse actuação, as entidades atrás citadas teriam muito mais respeito pela legalidade. -----

----- Quanto aos bancos, conforme já fora afirmado na Assembleia, tinham grandes lucros, pagavam pouco IRS, prejudicando os cofres camarários e preferindo pagar as coimas que pudessem ser aplicadas. -----

----- Solicitou ao Sr. Presidente da Câmara e em especial à Sr^a. Vereadora do Urbanismo que colocasse os fiscais dependentes dos seus serviços a fiscalizar essas situações anómalas. Podia ficar ciente de que os lisboetas, e em especial a Freguesia de São Sebastião da Pedreira, lhe ficariam gratos. -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, disse que em momentos anteriores, e desde há oito meses, o PCP vinha colocando em causa a legalidade do processo que conduziu à obra do chamado túnel do Marquês. -----

----- Desde o início, sempre o PCP colocou em causa e votou contra a obra, por razões fortes, como graves consequências ambientais para a Cidade, não resolver e antes agravar todos os problemas de fluxos de tráfego na Cidade, por não constituir prioridade para o Município, cujos investimentos deveriam ser canalizados noutras direcções. -----

----- Outra nota importante era o facto do túnel não se inserir no Plano de Acessibilidades e Trânsito da Cidade, enquanto que os outros túneis feitos anteriormente estavam previstos nesse Plano, como, por exemplo, o caso do muito referido túnel da João XXI. -----

----- Recordou que em 21 de Agosto de 2003 o Tribunal de Contas acabou por dar o seu visto à obra, apesar das dúvidas existentes por razão dos cortes de parte das verbas e das obras correspondentes, cortes esses efectuados para manter as verbas nos

limites formais e porque foi alterado o caderno de encargos, cortando em obra e aumentando em 4 milhões de euros a verba do ajuste directo. O túnel do Marquês já dera e ainda iria dar muito que falar. -----

----- Recordou ainda que a Assembleia aprovou recomendações para que a obra não se fizesse e isso também fora notório no debate público promovido pela Assembleia. Não era apenas agora, por razões óbvias e por mediatismo e porque um advogado atento tivesse levantado esse problema ao tribunal, mas sim porque o processo continha um número alargado de ilegalidades, indefinições e anomalias. -----

----- Referiu que o PCP não podia deixar passar em claro o facto lamentável e condenável de um Ministro das Obras Públicas ter vindo a lume dar a cara por um processo que iniciara mas que já não lhe dizia respeito directamente e já não conhecia. -----

----- Também não se compreendia que um Ministro das Obras Públicas afirmasse publicamente que na maior parte dos casos as obras não precisavam de projecto de execução e que se podiam ir fazendo normalmente com navegação à vista. Isso não necessitava de mais comentários. -----

----- Quanto à obra e ao respectivo processo, o PCP declarava o seguinte: -----

----- Primeiro, não haver ainda projecto final de obra e, como tal, também não haver de execução de obra. De facto, nos últimos tempos os Vereadores do PCP na Câmara vinham sistematicamente solicitado esse projecto e, apesar das sucessivas promessas, o projecto nunca foi mostrado ou entregue. Logo não haveria projecto, porque se existisse o caso era mais sério. Perguntou por que razão não era apresentado. -----

----- Segundo, o Tribunal de Contas não avalizara o processo. Por aquilo que havia conhecimento público, o que em tempos foi analisado não era o mesmo que estava a ser construído, sendo as diferenças numerosas. Eram outras as cotas, outras as curvas e rampas de saída. Hoje previa-se tudo em túnel, quando anteriormente se previam troços a céu aberto. -----

----- Também eram diferentes as angulações e inclinações, por via da solução escolhida em relação ao plano do Metro, obra de engenharia fina e de grande delicadeza. Ainda hoje fora referido num jornal diário que um técnico reputado alertava para não haver pressas nem precipitações nas soluções técnicas, com três túneis sobrepostos. -----

----- Disse que qualquer semelhança entre o processo analisado pelo Tribunal de Contas e o actualmente em fase de concretização e alteração permanente era mera coincidência. -----

----- Por essas razões o PCP reclamava uma nova e urgente intervenção do Tribunal de Contas para que esse reanalisasse de novo o imbróglio, designadamente no referente às questões processuais e financeiras. -----

----- Referiu ainda que, nesse quadro, o PCP iria apresentar uma exposição ao Tribunal de Contas. -----

----- Como já fora afirmado pelo PCP desde o início, não se via luz ao fundo desse túnel. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse estar hoje a Assembleia confrontada com mais uma trapalhada da actual gestão da Câmara Municipal de Lisboa, o túnel das Amoreiras. -----

----- Esclarecia imediatamente, como já tinha repetido inúmeras vezes na Assembleia, que o PS não punha nem nunca tinha posto em causa a legitimidade na sua construção, porque fora uma promessa de campanha eleitoral devidamente sufragada pelas pessoas, mas também sempre dissera tratar-se de um tremendíssimo erro para a Cidade a construção desse túnel. -----

----- O PS usara toda a argumentação possível para fazer levar algum bom senso nessa matéria ao Sr. Presidente da Câmara, no sentido de desistir de uma má obra para a Cidade, de uma obra com implicações gravíssimas do ponto de vista ambiental, do ponto de vista do tráfego, do ponto de vista da mobilidade interna para a Cidade, mas infelizmente entendeu a Câmara avançar com a obra. -----

----- Colocados perante as circunstâncias, nunca o PS pusera em causa a legitimidade de se fazer a obra. No entanto, estava-se agora confrontado com mais uma trapalhada da gestão da Câmara Municipal de Lisboa, o que já começava a caracterizar a gestão do Dr. Pedro Santana Lopes, só trapalhadas. -----

----- Eram trapalhadas com o Parque Mayer e a contratação do Arquitecto Frank Gehry, foram trapalhadas com as permutas de terrenos da Feira Popular/Parque Mayer, também não se sabendo por onde se andava nessa matéria, trapalhadas com o Imposto Imobiliário Municipal, em que a maioria votou contra a proposta da oposição na Câmara Municipal e depois teve que aprovar na Assembleia e propor as propostas que tinha rejeitado. -----

----- Agora estava-se de novo perante uma trapalhada, que era a construção do túnel das Amoreiras e a perspectiva de que obra se estaria a falar, se era a obra que foi anunciada, se era a obra cujo projecto foi mostrado à Câmara Municipal, aos Vereadores e, no caso concreto, aos cidadãos de Lisboa, ou se se estaria perante um outro projecto. -----

----- Disse que o PS não estava tão preocupado em saber se se estaria perante uma legalidade ou uma ilegalidade, por exemplo pela ausência de estudo de impacte ambiental. Alguns juristas entendiam que, perante a natureza da obra, não seria necessária a encomenda de um estudo de impacte ambiental para se poder fazer a obra, no entanto, era sua opinião que a mais elementar regra de bom senso do ponto de vista da gestão da Cidade implicava que se tivesse que fazer um estudo sobre o impacte ambiental com a construção do túnel das Amoreiras. -----

----- Disse que o Sr. Ministro das Obras Públicas, na sua infeliz intervenção, demonstrou alguma promiscuidade institucional entre as funções de Ministro e de Vereador, porque se deveria ter lembrado que já não era Vereador da Câmara Municipal de Lisboa e nunca deveria ter falado antes da Câmara dar explicações oficiais, mas também infeliz porque mais confusão ficou depois da sua intervenção. --

----- Não se tratava de saber se por ser uma via municipal não carecia de estudo de impacte ambiental, tratava-se de uma radial de acesso à Cidade de Lisboa, que em cerca de 3 ou 4 horas metia mais de 250 mil carros dentro da Cidade. -----

----- Era evidente que essa obra iria ter uma forte influência no meio ambiente de algumas zonas da Cidade de Lisboa e que, portanto, carecia de um estudo de impacte ambiental antes de se avançar com ela. -----

----- No entanto, a grande dúvida que se levantava ao PS não era saber se se estaria confrontado ou não com uma ilegalidade por não haver estudo de impacte ambiental, mas sim saber perante que projecto se estava confrontado, porque havia o conhecimento de que o anteprojecto apresentado à sessão de Câmara, aprovado pela maioria e em que o PS votou contra, anteprojecto que foi apresentado ao Tribunal de Contas, já não era o mesmo. -----

----- Aquilo que o PS queria saber era até que ponto não era o mesmo, para se poder então aquilatar se a situação seria legal ou já não tão legal como isso e que já careceria talvez de novo envio ao Tribunal de Contas. -----

----- Referiu que o túnel era para ser em vala aberta e agora aparecia como um túnel completamente fechado e subterrâneo, o que era uma alteração de vulto e o PS queria conhecer esse projecto, as novas alterações ao projecto que, ao que constava, eram permanentes. Era para ter uma ligação ao parque de estacionamento do Marquês de Pombal, agora já não tinha essa ligação, era outra alteração de vulto. A própria saída para a António Augusto de Aguiar teve alterações e, portanto, o PS queria saber muito concretamente qual era o verdadeiro projecto para o túnel das Amoreiras e Marquês de Pombal. Solicitou à Sr^a. Vice-Presidente que transmitisse esse pedido ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Depois, o PS queria avaliar se o projecto carecia ou não de novo visto do Tribunal de Contas, uma vez que a aprovação do Tribunal de Contas fora condicionada até uma alteração, em termos de valores orçamentais, não superior a 25% do valor apresentado no anteprojecto. -----

----- Disse que esse era o cerne da questão, perante que projecto se estaria confrontado, o porquê da Câmara não mostrar esse projecto, o porquê da Câmara não fornecer esse projecto até ao momento. Essa era a razão da moção que estava em cima da mesa e que estava agora a apresentar em primeiro lugar. -----

----- Outra questão que se prendia com isso era qual a verdadeira promoção para a política de transportes da Câmara Municipal de Lisboa. Por um lado havia o túnel, que era uma incosequência de trazer cada vez mais automóveis para dentro da Cidade, quando a política correcta deveria ser promover o transporte público em detrimento do transporte individual. -----

----- Dirigindo-se ao Sr. Vereador Pedro Pinto, por quem disse ter estima e consideração, mais na sua condição de administrador do Metropolitano de Lisboa, referiu que o Metropolitano estava a ser alargado... -----

----- Respondendo a um aparte, disse que ainda bem, recordando que tudo o que estava a ser inaugurado eram obras do Governo Socialista, como era o caso do alargamento até Odivelas e Amadora, mas ainda bem que estavam a ser inauguradas, era da vida acontecer assim. -----

----- Dirigindo-se novamente ao Sr. Vereador Pedro Pinto, perguntou se, estando a ser alargado o Metropolitano, se iria haver uma perda na frequência dos comboios do

Metropolitano na Cidade de Lisboa e se os lisboetas passariam a estar mais mal servidos. -----

----- A razão dessa observação era porque no dia anterior, na sua qualidade de Deputado à Assembleia da República, visitara uma empresa de ponta do País, a Sorefame-Bombardier, uma empresa de metalo-mecânica pesada e das poucas empresas nacionais onde se podia verificar um impressionante *know-how* de valor acrescentado nacional, com cerca de 450 trabalhadores e onde o factor humano teria que estar em primeiro lugar. Essa empresa estava sem encomendas nenhuma desde que a actual maioria estava no poder, há mais de dois anos, não se percebendo porque é que a empresa não tinha encomendas e não se percebendo que, estando o Metropolitano a ser alargado, o Governo não encomendasse mais carruagens à Sorefame-Bombardier, pondo em causa o futuro da empresa. -----

----- Como era sabido, neste momento a empresa era uma multinacional e já se punha no horizonte a possibilidade da mesma vir a ser encerrada, o que seria um crime lesa economia nacional, mas também um crime lesa Lisboa, porque Lisboa não podia ficar prejudicada com o alargamento da rede do Metropolitano. -----

----- Disse que isso tinha que ver com o túnel das Amoreiras e pediu ao Sr. Vereador Pedro Pinto que, enquanto administrador do Metropolitano de Lisboa, se impusesse, ou desse informações, ou desse garantias de que a Cidade não iria ficar prejudicada na frequência de circulação do Metropolitano e que a Sorefame, a viver dessa natureza de trabalhos, fazendo carruagens de material circulante, que essa empresa tinha futuro, pois de modo contrário seria uma perda para a economia nacional, visto tratar-se de uma empresa com grande crescimento de *know-how* nacional. -----

----- Afirmou que Lisboa estava a andar para trás, a insegurança vinha a aumentar de uma forma assustadora, ainda há poucos dias uma joalharia fora assaltada duas ou três vezes e não se via o Sr. Presidente da Câmara, que tanto prometera na sua campanha eleitoral e cujo programa – que tinha em seu poder – tanto prometera nessa matéria, não se via nenhuma luz ao fundo do túnel na perspectiva de mudar a actual situação e até de influenciar o Governo no bom sentido. -----

----- Disse que o PS estava profundamente desiludido nessa matéria e gostava que fossem dadas todas as explicações também nessa área, fundamentalmente agora, naquilo que tinha que ver com o túnel das Amoreiras e com toda a tralhada que de novo a maioria criara. -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)**, no uso da palavra, disse que queria fazer uma observação à moção nº4, do PCP, onde se atacava o Governo por uma política que, segundo a moção, tinha como consequência a degradação das condições de vida e conduziria a uma exclusão social. -----

----- Parecia-lhe que a culpa não era do Governo actual, nem dos anteriores, nem seria dos próximos, mas sim da União Europeia pela forma como estava estruturada. Não era provável que qualquer país da União Europeia recuperasse a sua economia e as suas finanças enquanto a União Europeia não fosse reestruturada. -----

----- Lembrou que os grandes impulsionadores do Pacto de Estabilidade, a Alemanha e a França, foram os primeiros a não respeitar e que o custo de vida aumentou com o euro. Isso não era culpa do Governo e sim do euro. -----

----- Citou umas afirmações do Sr. Jaques Delors, antigo Presidente da Comissão Europeia, quando começava por dizer que entendia a decisão da Grã-Bretanha de não aderir à moeda única e adiantava depois que o lançamento do euro fora defeituoso, considerando provável que a Grã-Bretanha se mantivesse à margem da União Monetária Europeia por muitos anos. -----

----- Referiu ainda que Jaques Delors via a União Europeia num estado de crise latente por causa da fraqueza dos respectivos dirigentes. Em sua opinião, essas declarações eram inesperadas e extraordinárias, provando apenas que a União Europeia tinha necessidade de se reestruturar. -----

----- Referiu que, ao analisar-se a política financeira do Governo, deveria ter-se em atenção essas circunstâncias. -----

----- Quanto à moção nº 8, sobre o túnel do Marquês de Pombal, disse que segundo já tinha ouvido e lido entrariam por dia em Lisboa 800 mil carros de residentes fora de Lisboa e a trabalharem em Lisboa. Parecia-lhe que a construção de parques de estacionamento e de facilidades para o trânsito em Lisboa só fariam com que viessem mais carros para Lisboa e a grande prioridade seria, tal como se fazia em Londres e em Paris, a construção de grandes parques de estacionamento na periferia da cidade, bem servida de transportes. Isso aliviaria o tráfego automóvel em Lisboa. -----

----- Essa era a sua opinião e de forma nenhuma voltaria atrás com a mesma. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por explicar a razão do BE apresentar cinco moções, sendo que quatro delas advinham de um posicionamento do BE na Assembleia desde há longo tempo e que era de não estar para dizer mal, mas sim para construir, para ser positivos, ser propositivos e apresentar propostas concretas para ajudar a resolver os problemas. -----

----- No último debate do Orçamento, também última sessão da Assembleia Municipal, o BE apresentou um conjunto de propostas e de questões fundamentais para a Cidade de Lisboa, nomeadamente sobre os locais onde arranjar os meios financeiros, e também alguns meios legais e políticos, para se poder intervir decididamente numa obra que tardava em ser feita, apesar de todos estarem de acordo, pelo menos o Bloco e a maioria do Executivo Camarário, de que a primeira tarefa para a Cidade agora era a recuperação da Cidade. -----

----- Como isso fora apresentado e o Bloco não queria que ficasse apenas em discurso, ouvindo-se no fim do debate o Sr. Presidente da Câmara dizer que tinha tomado nota atentamente de algumas sugestões que o BE tinha feito, nesse sentido passava-se à prática e daí apresentar-se as propostas. -----

----- Uma das propostas era para que a Assembleia influenciasse os Grupos Parlamentares da Assembleia da República a acabarem com o inconcebível de haver empresas privadas a pagar 11% de IRC, a banca, e outras empresas privadas a pagar 34% de IRC. -----

----- Outra proposta era para que a Câmara discutisse junto do Governo porque é que se tinha que construir os passeios, as ruas, as estradas, os candeeiros, havendo milhares de edificios que, por causa dessa macrocefalia histórica no País, sendo do Estado não pagavam um único imposto autárquico, beneficiando dos passeios, dos calceteiros, das ruas, das estradas, dos candeeiros, não se percebendo porque é que não pagavam. -----

----- Chamou a atenção para a proposta sobre a recuperação da Cidade. Há vários anos, ainda no tempo da Presidência do Dr. Jorge Sampaio, que vinha defendendo com unhas e garras que o grande lema da Cidade de Lisboa devia ser “casas sim barracas não” e que isso só seria possível se houvesse um plano especial para acabar com as barracas. Tanto a água foi ao moinho e tanto moeu que, como dizia há pouco um amigo seu à entrada da Assembleia, foi feito pelo Governo do Prof. Cavaco Silva um plano especial, o PER, tendo as câmaras assumido isso, nomeadamente a Câmara de Lisboa e a anterior Coligação, que fez um grande trabalho para erradicar as barracas. -----

----- Disse que se estava agora noutra fase, em que a questão era recuperar a Cidade e não apenas Alfama, ou Bica, ou só Mouraria, ou só Bairro Alto, mas sim uma Cidade a cair aos bocados. Dera vários exemplos anteriormente, nomeadamente das chamadas Avenidas Novas, que já estavam velhas, e ou havia um plano especial de recuperação da Cidade ou, em vez de em 10 anos se passar de 30 mil para 75 mil casas devolutas, números oficiais, corria-se o risco de dentro de 10 anos estar-se a discutir que em vez de 75 mil casas, talvez 100 ou 120 mil. -----

----- Recordou que o Sr. Presidente da Câmara dissera nesse dia, ao fechar o ponto, que não se podia pedir a lua ou o mundo, 75 mil casas devolutas por 5 mil contos era uma margem enorme, três vezes o orçamento anual da Câmara. No entanto, explicou que ninguém estava a pedir que isso fosse feito num ano, como não se acabaram com as barracas num ano, estava-se a propor era que se comesse e que isso só poderia ser feito através de novos meios legais de intervenção da Câmara e de novos meios de intervenção financeiros especiais, com um plano especial para a recuperação da Cidade. -----

----- Referiu que o PSD tinha maioria no actual Executivo da Câmara, juntamente com o PP tinha maioria na Assembleia da República, o PSD dirigia o Governo da Nação e, portanto, tinha todos os meios e todos os poderes, nomeadamente se a Assembleia Municipal agora aprovasse a proposta. -----

----- Dizia o Sr. Presidente da Câmara no final da sessão que não tinha tanta força assim no PSD para conseguir todas as propostas que eram apresentadas. Ora, se a Assembleia Municipal aprovasse a proposta, o Sr. Presidente, além da sua força, teria a força da Assembleia Municipal para reclamar junto do Governo um plano especial para a recuperação da Cidade de Lisboa, para que não continuasse a degradar e a cair aos bocados, com os prédios a ficarem emparedados. -----

----- Por último, o BE apresentou uma moção, como não podia deixar de ser, porque o tema estava na ordem do dia e tinha que ser tratado. Em primeiro lugar porque fora pedido, num debate ocorrido há ano e meio, como eram as inclinações dos túneis do

Marquês, para além de todos os outros problemas levantados e para além de ter sido apresentada uma proposta alternativa, porque mais uma vez o Bloco não quis ser do contra e quis dizer como se fazia em condições. Da proposta do Bloco, até hoje não se ouviu um único comentário da Câmara, a não ser que achavam que esta era melhor. Isso fazia-lhe lembrar quando se fala com uma criança e ela pergunta porquê, ao que se responde porque sim. Esse argumento do porque sim deixou toda a Assembleia perfeitamente convencida quanto ao projecto de túnel do Bloco estar mal e o outro estar bem. -----

----- Essas plantas foram pedidas e não vieram. Em Setembro houve uma moção do Bloco aprovada na Assembleia, em 24 de Setembro o Sr. Presidente da Assembleia enviou essa moção, finalmente parecia ter chegado e isso podia ser estudado, mas agora não se tratava já só de ter dúvidas sobre a opinião de fundo, de ser uma obra errada, um túnel para ajudar a entrar na Cidade em vez de ser um túnel para ajudar a sair, um túnel com variadíssimos problemas técnicos que não se conheciam. -----

----- Havia outros problemas que estavam colocados e por isso o BE propunha concretamente, porque o debate devia ser sério e para ajudar a resolver as crises, que se debatessem todas as questões levantadas em tribunal por um advogado do País, porque isso estava na praça pública e não se podia ser irresponsável, fazendo de conta que não aconteceu nada. -----

----- Aquilo que sabia neste momento e que vinha na comunicação social era gravíssimo, parecia não haver estudo de impacte ambiental e ainda não tinha percebido o argumento da Câmara. A nova Lei de 2000 dizia que qualquer faixa rodoviária com dois sentidos para cada lado e uma divisória ao meio obrigava a um estudo de impacte ambiental. Perguntou qual era a razão de não haver esse estudo. ---

----- Lia também nas notícias, públicas, que o Metro ainda não deu o aval e que o primeiro projecto bateria em parte do tecto do Metro. Perguntou se seria verdade. ----

----- Disse que a Assembleia Municipal não podia fazer como a avestruz e meter a cabeça debaixo da areia, tinha que saber do que é que estava a tratar, visto ser uma obra de grande envergadura, de grandes gastos e independentemente da opinião política do Bloco, de estar completamente contra a obra, não podia haver qualquer dúvida nisso e daí querer um debate sério sobre o assunto na Assembleia Municipal, para haver toda a clareza sobre o que se estava a fazer. -----

----- Anunciou que o Bloco iria votar a favor de todas as moções, excepto uma, em que iria abster, a moção do PS sobre as esquadras. Disse pensar que todos saberiam porquê e a razão era que o Bloco não estava contra o haver esquadras e polícias, mas entendia que tratar o problema sempre na base de esquadras e polícias e não dizer o principal, em que o problema de segurança na Cidade tinha que ver com a toxicoddependência, não tratar desse assunto era fazer ao contrário do Zeca Afonso e em vez de defender que em cada esquina estivesse um amigo, em cada esquina passava a estar um polícia. Com isso o Bloco não estava de acordo. -----

----- **O Deputado Municipal João Martins (PEV)**, no uso da palavra, disse que, no seguimento do Colóquio da Água, os Verdes apresentavam uma moção no sentido de vir a calendarizar, quantificar e desenvolver os instrumentos necessários para se

resolver o grave problema de saúde pública que representavam as canalizações de água em chumbo. -----

----- Disse ainda que os Verdes não podiam deixar passar ao lado a questão que se vinha levantando nos últimos dias sobre o túnel das Amoreiras. Os Verdes defendiam que a cidadania ganhava com a participação e iniciativa dos cidadãos e, por tal, os Verdes desaprovavam a forma como a Autarquia reagiu à queixa apresentada pelo cidadão Dr. Sá Fernandes. Todo o cidadão tinha a legitimidade de a todo e qualquer momento questionar os actos e decisões da administração nos órgãos competentes. ---

----- Os Verdes tinham solicitado já à Câmara Municipal os estudos de mobilidade e transportes que sustentaram a opção do túnel e ainda estavam a aguardá-las, mas face ao conjunto de elementos vindos a lume nos últimos tempos e que eram objecto de duas propostas de deliberação, tal justificaria que a Comissão de Urbanismo e Rede Viária ouvisse as várias partes e conjunto de entidades que entendesse, no sentido de vir a elaborar um relatório ou parecer a apresentar à Assembleia no prazo de um mês e meio. -----

----- **O Deputado Municipal António Preto (PSD)**, no uso da palavra, disse que estava a olhar para o seu amigo e por quem tinha grande consideração política, Deputado Miguel Coelho, e a recordar que na sua intervenção trazia para o vocabulário uma coisa nova, que era o contrário. Dizia que quando se fazem obras em Monsanto e se devolve Monsanto aos lisboetas, que isso era fazer uma trapalhada, quando se estavam a fazer os realojamentos no Rio Seco, no Vale do Forno e na Vila Teixeira, estava-se a fazer uma trapalhada, quando se estava a construir os centros para os sem abrigo e uma obra social intensa para os sem abrigo, estava-se a fazer uma trapalhada, quando se estava a devolver Alfama e o Bairro Alto à Cidade e a criar regras de trânsito, estava-se a fazer uma trapalhada, na versão do Sr. Deputado Miguel Coelho. Quando na Rua da Madalena estava uma obra ímpar, uma rua fechada para recuperar todos os prédios, ou quando havia as obras coercivas em prédios privados como nunca se vira em Lisboa, estava-se a fazer uma trapalhada. Quando se estavam a moralizar as preferências, estava-se a fazer uma trapalhada. Quando se trazia o Frank Gehry a Lisboa e se queria fazer um projecto de requalificação para o Parque Mayer, era uma trapalhada. Quando se estava a fazer a obra do túnel das Amoreiras, era uma trapalhada. -----

----- Percebia que isso fosse uma trapalhada, visto atrapalhar os propósitos do PS de vir a ser poder nas próximas eleições. -----

----- Queria ainda dizer ao Sr. Deputado Miguel Coelho que o absurdo ia ao ponto de dizer que a insegurança aumentou, que até assaltaram uma joalheria. A partir desse absurdo estava tudo dito, do assalto a uma joalheria para o aumento da insegurança. Com certeza o Sr. Deputado Miguel Coelho estava distraído, era a emoção que o levava a dizer. -----

----- Referiu-se ainda a um outro elemento, que era o que na estima pessoal com o Sr. Deputado Miguel Coelho mais lhe custava. Sobre o túnel das Amoreiras ou o Parque Mayer, obras emblemáticas que iriam marcar Lisboa, que traziam sonho, novidade e modernidade para Lisboa e tanto atrapalhavam os sonhos e os desejos do PS, percebia

que relativamente a eles tentassem primeiro criar movimentos populares e fazer um referendo, na convicção de que tinham a Cidade e os lisboetas consigo, depois verificaram que não tinham força nem capacidade para fazer esse referendo porque os lisboetas pensavam de maneira diferente dos Srs. Deputados da oposição. -----

----- O que o confrangia era que o maior partido da oposição, uma oposição serena e construtiva, o que o confrangia era que essa oposição, que não teve capacidade para fazer os tais referendos que de alguma maneira pudessem impedir as obras, viesse hoje a reboque de um advogado que na questão das acções populares tinha muita tradição, mas tanta tradição que não conseguiu ainda ganhar nenhuma, não se conhecia nenhuma dessas acções com êxito e o que era lamentável era que o PS e os outros partidos viessem a reboque de uma acção popular, o que era um sintoma e um grande sinal de fragilidade política. -----

----- Convidou os Srs. Deputados da oposição, com maioria na Assembleia, a olhar para Lisboa de uma forma concertada, não como uns velhos do Restelo a impedir sempre a obra e a dizer sempre mal ao ser feita, mas de forma a construir uma Lisboa diferente, uma Lisboa de sonho, uma Lisboa de esperança, uma Lisboa moderna e uma Lisboa que honrasse as novas gerações. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra para defesa da honra, começou por dizer que o Regimento não lhe permitia evocar outra figura para responder às questões colocadas pelo Sr. Deputado António Preto. -----

----- Disse que o Sr. Deputado António Preto fugira como o diabo da cruz da questão essencial e tinha falado de tudo menos do túnel das Amoreiras. Lá saberia porquê, porque sabia perfeitamente bem que se estava confrontado com uma grande trapalhada. A trapalhada não era fazer-se o túnel, que era um erro grave para a Cidade e a maioria iria verificar isso, a trapalhada era a forma como estava a ser feito, sem saber perante que projecto se estaria confrontado, se era o anteprojecto que foi para o Tribunal de Contas ou o que se estava a fazer agora, ninguém conhecia. -----

----- Nessa perspectiva, o Sr. Deputado António Preto devia concordar que havia uma grande trapalhada, tal como a trapalhada da vinda do Arqtº. Frank Gehry, que já ninguém sabia se vinha ou não e quanto iria ganhar, uma questão essencial que o PS queria saber. O PS sempre dissera que era bem vindo o Arqtº. Frank Gehry, mas queria saber quanto é que ele iria ganhar, porque se fosse para irem os anéis e os dedos o melhor era não vir. Ninguém sabia o que se iria passar com isso, assim como trapalhada eram tantas outras coisas, como o Arqtº. Nimayer, que vinha e depois já não veio e a Câmara convidou e depois não convidou. -----

----- Disse que se estava a ser governado por alguns *out-doors* que se tiravam da carteira, *out-doors* em sentido figurado mas que existiam, só que tudo isso era uma grande trapalhada e o Sr. Deputado António Preto com brio tentou disfarçar a questão, mas não conseguiu e tanto assim era que não falou do túnel das Amoreiras. -

----- **O Deputado Municipal Lourenço Bernardino (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Condestável, no uso da palavra, disse que quando da intervenção para a reconversão do Casal Ventoso, os então mentores do tráfico de droga tentaram criar pequenas ilhas no âmbito da freguesia, numa perspectiva de alimentarem o seu

negócio. Uma dessas ilhas foi na Rua do Arco Carvalhão. A pronta intervenção da população, da PSP e da autarquia gorou essa tentativa, porém, com o aliviar do pé, se a expressão lhe era permitida, houve novas tentativas. De alguma forma houve um fazer de conta de intervenção policial e pouco a pouco essa zona foi-se transformando também numa zona consentida para tráfico e consumo de droga, com as dramáticas situações que foram criadas à população daquela rua e que se vinham a agravar, apesar das solicitações dos moradores e da junta de freguesia para que se intervisse, quer junto da Câmara, quer junto das autoridades. -----

----- A opinião da junta era de que se estava em tempo de deixar de fazer de conta e de que a Câmara, também ela, assumisse as suas responsabilidades nessa matéria. Era necessária uma intervenção rápida na zona de Santo Condestável, não só na Meia Laranja – Maria Pia, onde a situação se vinha a agravar de dia para dia, como no Arco do Carvalhão, onde a receita para a primeira intervenção continuava válida e que era uma pronta intervenção da polícia, a permanência da polícia no local, a detenção de alguns mentores. -----

----- Seria também importante o realojamento das quatro famílias ainda existentes na Vila Caeiro – Quinta do Capitão, e a limpeza dessa zona, sendo que essa questão seria mais fácil de resolver do que a da Meia Laranja, até pelos hábitos de permanência e de consentimento. -----

----- Finalmente, disse solidarizar-se e subscrever a intervenção feita no tempo do público pelo Sr. Artur Palácios, porque ela correspondia a uma necessidade e ao sentir da população dos novos bairros da Av. de Ceuta. A Câmara Municipal de Lisboa devia assumir sem complexos e de uma vez por todas as suas responsabilidades nas questões pendentes no âmbito da intervenção do Casal Ventoso, nomeadamente nas questões sociais. Também aí era tempo de deixar de fazer de conta. -----

----- **O Senhor Presidente** referiu que o artº 43 previa a intervenção da Câmara para dar explicações. O Sr. Deputado Miguel Coelho pedira algumas explicações ao Sr. Vereador Pedro Pinto, pelo que, se houvesse acordo, iria dar a palavra ao Sr. Vereador para prestar alguns esclarecimentos sobre matérias constantes da moção. Para essa intervenção teria três minutos. -----

----- **O Sr. Vereador Pedro Pinto**, no uso da palavra, começou por agradecer a tolerância do Sr Presidente, mas com três minutos teria alguma dificuldade e talvez pedisse mais alguma tolerância, tendo em atenção as questões que foram levantadas. -

----- Referiu que se tinha tentado trazer à Assembleia a discussão de uma matéria como se fosse nova, o túnel das Amoreiras, curiosamente depois de uns artigos saídos nos jornais no fim-de-semana, o que não seria muito normal num Estado democrático muito consolidado, ver as principais forças da oposição imediatamente transformarem em questão central aquela que vinha na comunicação social. -----

----- Dessa forma corria-se o risco de, muito provavelmente, um dia a agenda política não ser a que os partidos do poder determinavam, nem a que os partidos da oposição determinavam, mas sim aquela que a comunicação social em cada momento determinasse fazer. -----

----- Parecia-lhe ser um erro profundo, antes de mais, que essa matéria fosse trazida hoje à Assembleia. -----

----- Dirigindo-se ao Sr. Deputado Carlos Marques, disse que tinha razão numa questão que fora levantada, de que o Bloco de Esquerda havia solicitado à Câmara, por volta de Outubro, o perfil do túnel. -----

----- Podia dizer que só hoje deu entrada nos serviços da Assembleia e que havia um responsável por esse situação, até porque entendia que em política as responsabilidades deviam ser assumidas em plenitude, sendo que essa responsabilidade era do seu gabinete. Hoje ficara espantado, porque depois de solicitar aos serviços da Câmara o envio para a Assembleia Municipal verificou que desde o dia 10 de Novembro estava lá esse documento para ser entregue. Essa situação podia ser facilmente comprovada através das entradas e saídas de documentos. -----

----- Como era seu entendimento que a responsabilidade devia ser assumida e ela era do seu gabinete, então seria em primeiro lugar sua, visto ser responsável por esse mesmo gabinete. -----

----- Por outro lado, queria dar na Assembleia uma palavra e uma explicação perante um ataque que estava a ser feito a um homem que, por ter um comportamento na política tão correcto e já tão pouco usual, era quase de estranhar. Esse homem era alguém que fora Vereador na Câmara e o principal responsável, antes de si, pela questão do túnel, o Professor Carmona Rodrigues, curiosamente hoje Ministro dos Transportes e das Obras Públicas. -----

----- Referiu que alguns prefeririam, provavelmente, que ele se tivesse escudado no seu novo estatuto e não tivesse ele próprio, como qualquer cidadão, assumido a sua responsabilidade e o seu conhecimento numa matéria dessa natureza. Aconselharia a prudência política dos cinzentões que ele não se tivesse pronunciado, mas demonstrou ser um político para a nova política que aí vinha e que mesmo no Governo assumiu o seu passado e as suas convicções, aparecendo a dar a cara por aquilo que era o seu projecto e que agora era assumido como o nosso projecto. -----

----- Nessa matéria havia uma completa separação. A maioria tinha uma legitimidade que podia ser limitada, a legitimidade de ter colocado essa questão como questão central das eleições e que tinha contribuído claramente, no seu entender, para a derrota da oposição, oposição essa que até queria que essa obra fosse feita. -----

----- Tinha esta Câmara a consciência de ter feito mais que outra qualquer outra entidade no sentido do processo ser transparente e passaria a prová-lo: -----

----- Obras no túnel da Av. João XXI. Data da aprovação formal dos projectos de execução, não houve. Custo inicial – 8 milhões, custo final – 11 milhões, desvio – mais 41,7%, prazo previsto para a existência da obra – 266 dias, prazo final para a obra – 665 dias, ou seja, três vezes mais do que o previsto. -----

----- Perguntou que legitimidade teria uma força política para nunca ter levantado qualquer questão acerca de uma obra dessa natureza, não só nos desvios que aí existiram, como em todas as outras questões que iam procurando levantar. -----

----- Túnel da Av. da República. Início dos trabalhos – 1991, data da abertura do túnel – 1993, prazo previsto para a obra – 52 semanas, prazo de execução da obra – 110 semanas, só exactamente o dobro do tempo que tinha estado previsto. Custo inicial – 3.878.000, custo final – 6.923.000, um ligeiro desvio de 78,5 %. Mas poderia ser que tivesse havido um projecto, só que projecto de execução não existiu. -----

----- Mas ainda havia outro túnel, porque alguns túneis foram feitos no passado na Cidade de Lisboa, embora nessa altura ajudassem imenso o trânsito e agora não. Túnel do Campo Grande, início dos trabalhos – Janeiro de 92, final – Fevereiro de 93, prazo previsto para a obra – 42 semanas, prazo de execução da obra – 104 semanas, custo previsto – 1.205.000, custo final – 2.500.000, um desvio de mais de 100%. -----

----- Poderia continuar, porque ainda haveria mais umas obras para falar sobre essa matéria. -----

----- O que queria assegurar aos Srs. Deputados era que, tivessem todos os problemas e levantassem todas as questões, a Câmara Municipal de Lisboa neste momento não apresentava só projectos, estando em permanência e havendo reuniões quinzenais com as principais instituições que deviam participar nessa matéria, desde o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, passando pelas grandes empresas como a EPAL, a PT, todas as concessionárias, assim como todos os serviços da Câmara. -----

----- Estava-se a fazer uma obra que entendia ser muito importante vir a terminar dentro do prazo, dentro do custo, para demonstrar que o túnel das Amoreiras não era apenas uma grande obra para a Cidade de Lisboa no sentido de melhorar o trânsito, que todos sabiam melhorar mas não queriam que isso acontecesse. Lisboa iria ficar mais moderna, sendo sem sombra de dúvidas uma grande obra de engenharia, uma obra que a oposição quis fazer no passado mas que alguém os convenceu que não era possível fazer. -----

----- Por isso terminava dizendo que da parte da maioria esse projecto tinha legalmente tudo aquilo que era suscitado. O projecto de execução, como era óbvio, existia. Como era óbvio, os projectos de pormenor numa obra de subterrâneo, só quem fosse louco é que imaginava que podia ter todos os dias a previsão daquilo que lá se encontrasse. A oposição sabia disso, mas muitas vezes era preciso fazer aquilo que a política tinha de menos nobre. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, começou por salientar de novo a ausência do Sr. Presidente da Câmara, visto que tinha prometido que o faria sempre que constatasse essa mesma ausência e, portanto, estava a cumprir um compromisso assumido para com a Assembleia e iria fazê-lo sempre. -----

----- Uma segunda nota era para agradecer ao Sr. Vereador Pedro Pinto, mas realmente não tinha entendido. Parecia-lhe que aquilo que o Sr. Vereador pretendia fazer com a sua explanação era calar a oposição, calar as críticas que a oposição quisesse fazer à actuação do Executivo Municipal. -----

----- Parecia-lhe que a função principal, que diria primordial e quase única, da Assembleia Municipal era exactamente fiscalizar a actividade do Executivo

Municipal. Portanto, por muito que o Sr. Vereador tentasse, não ia conseguir calar pelo menos a bancada do Partido Socialista. -----

----- Era evidente que todas as tentativas para trazer à liça, absolutamente fora do contexto, relações que não tinham a mínima comparação e que não eram rigorosamente nada compagináveis, isso era um terreno que, embora compreendesse o interesse, não levaria para aí o PS porque esse não seria o caminho. -----

----- O caminho era outro e era exactamente trabalhar para a modernização da Cidade de Lisboa. Como o seu amigo Vereador Pedro Pinto sabia, o caminho para a modernização da Cidade de Lisboa não passava pelo túnel das Amoreiras. Essa era uma visão agradável para quem morasse em Cascais, em Oeiras, em Caxias, mas não seria certamente uma visão agradável para quem morasse em Campo de Ourique ou em Campolide. -----

----- A preocupação do PS era com os eleitores do Concelho de Lisboa e seria em prol desses e por causa desses que o PS entendia ser uma obra nefasta para a Cidade de Lisboa, sobretudo para a qualidade de vida na Cidade de Lisboa. -----

----- Como muito bem tinha dito o Deputado Miguel Coelho, o Partido Socialista não questionou essa obra exactamente porque, como era preocupação do Sr. Vereador, ela foi apresentada e fazia parte da grande campanha que o PSD fez. Quase que lhe apetecia dizer, embora correndo o risco de exagerar, que o PSD teve dois grandes motivos na campanha, o Parque Mayer com o Frank Gehry, que só foi falado mais tarde mas já estaria pensado, e o túnel das Amoreiras. Esse era o único objectivo que havia na campanha eleitoral. -----

----- O Sr. Vereador tinha falado muito em prazos e o PS registava já terem passado há muito tempo as oito semanas e de Parque Mayer havia zero. O Sr. Vereador tinha também falado em prazos acerca do túnel das Amoreiras, o PS não falara ainda em prazos, mas falaria quando acontecesse aquilo que todos sabiam que ia acontecer, começando pelo Sr. Vereador e se calhar fora por isso que tinha sido outro a dar a cara em vez do Sr. Vereador, com medo dos prazos. -----

----- Convinha também dizer que da parte do PS não houve ninguém a atacar o Sr. Ministro. Se calhar diria que foi ele próprio a pôr-se numa situação atacável, mas o PS não o fez, não o questionou, aliás, o Deputado Miguel Coelho começou por dizer que “o então Vereador, hoje Ministro”. Isso não era certamente uma crítica, nem um ataque pessoal. -----

----- Relativamente às moções, queria começar pela da segurança, porque o PS percebia que essa moção tinha causado algum incómodo. Toda a gente sentia que a sensação de insegurança em Lisboa aumentara de uma forma exponencial e não era, como dizia o Sr. Deputado António Preto, porque fora assaltada uma ourivesaria ou uma relojoaria. Era evidente que isso era referenciado apenas a título de exemplificação, até porque identificava uma situação, mas podia-se falar também nos assaltos que preocupavam os moradores de Alfama, nos assaltos e nos problemas em Chelas, designadamente na própria esquadra com agentes a serem agredidos. Se isso não era uma situação que alterasse a situação da segurança na Cidade de Lisboa, então não sabia qual era o problema da segurança na Cidade de Lisboa. -----

----- Era evidente que a matéria da segurança se tratava de uma questão muito importante e do ponto de vista do PS não estava relacionada, como o Bloco de Esquerda procurara trazer à colação, com a toxicodependência ou esse tipo de problemas. Ela estava relacionada com outra questão, que teria a ver com a degradação da qualidade de vida e com aquilo que o actual Governo e actual maioria que desgovernava o País estavam a fazer a Portugal e aos portugueses e que era exactamente lançarem para a exclusão social uma série imensa, cada vez maior, de pessoas que iam entrando no desemprego diária e quotidianamente. -----

----- Para algumas pessoas essas seriam questões colaterais, porque dizia um Sr. Ministro que “infelizmente, alguns vão ficando para trás, mas a vida tem que continuar”. Para o PS não podia ser assim, porque uma pessoa lançada para a exclusão social era uma pessoa que exigia atenção e, muito mais do que isso, era uma pessoa que exigia que fossem criadas as condições para que tivesse uma condição de vida digna e socialmente importante. -----

----- Essa era uma matéria que o PS começava a sentir na Cidade de Lisboa, também sob o ponto de vista social, ir faltando um pouco a preocupação. -----

----- Aproveitava para trazer à colação, até porque soubera que o público também queria intervir sobre essa matéria, o problema do Bairro da Liberdade. Era uma questão em que o PS gostaria de ouvir a Câmara Municipal explicar o que estaria a acontecer. Alguns moradores estavam a ser intimados de urgência, com 2 ou 3 dias apenas, para dizerem da sua opção, se queriam ser realojados ou uma indemnização, mas teriam que sair e o prazo era até ontem, segunda-feira. Na Assembleia Municipal não havia conhecimento de nada e o apelo que fazia à Sr^a. Vice-Presidente, na ausência da Sr^a. Vereadora responsável, era que explicasse à Assembleia o que se estaria a passar sobre essa matéria e o que estaria a motivar que as pessoas estivessem a ser intimadas com carácter de urgência para fazerem as suas opções. -----

----- Tanto quanto se sabia, essa questão preocupava muito a Junta de Freguesia de Campolide e o seu Presidente certamente iria trazer à colação esse problema, mas, tendo o Sr. Vereador Pedro Pinto referido uma nova forma de fazer política, também devia ser uma nova forma de fazer política intervir-se directamente numa situação extremamente gravosa para uma freguesia e não passar *cavaco* à Junta de Freguesia de Campolide, explicando o que se estaria a passar e explicando o problema que estava a afectar a qualidade de vida dessas pessoas. As pessoas que foram eleitas, com a sua legitimidade própria, tinham o direito de saber o que se estava a passar e que a Câmara Municipal explicasse o que estava a acontecer em Campolide, designadamente aos eleitos locais. -----

----- O PS sabia que o sentimento existente da actual maioria camarária para com as juntas de freguesia era uma coisa diferente, uma coisa que ia passando, mas o PS exigia uma forma diferente de relacionamento e que os autarcas das freguesias fossem respeitados. Esta era manifestamente uma questão de respeito e que exigia hoje ser esclarecida, designadamente porque era inaceitável estar a ser dado um prazo de actuação e os responsáveis da Junta de Freguesia não saberem rigorosamente nada. --

----- O PS queria acreditar que a situação de urgência prestimosa que se verificava não estaria relacionada com o novo problema a acontecer no Bairro da Liberdade, de mais grave que ele fosse. -----

----- **O Deputado Municipal Manso Pinheiro (PEV)**, no uso da palavra, disse que a intervenção do Sr. Vereador lhe suscitara três comentários. -----

----- Por um lado seria dizer que com o mal dos outros podemos nós bem. Haver erros no passado não legitimava a sua repetição e não tornava bons os maus actos de agora. Podia inventariar uma listagem deles, mas isso não legitimava o que se estava a passar hoje. -----

----- Em segundo lugar importava dizer que a transparência dos actos da Câmara passou por não trazer essa obra à Assembleia Municipal para ser aprovada. -----

----- Em terceiro lugar estava uma questão de princípio. Importava afirmar que o princípio do debate público era uma garantia complementar de transparência da administração e das garantias dos cidadãos e significaria uma perversão intolerável do princípio do debate e consulta pública que quem nele não participasse visse depois reduzidos os seus direitos e garantias de intervenção e cidadania. Esse era um princípio que não podia ser pervertido e não podia vir o argumento político de que não interveio no debate público e, portanto, agora já vinha tarde. Não, veio a tempo e tinha todo o direito de intervir. -----

----- Em relação à qualidade técnica e à sustentabilidade técnica, mais do que as questões processuais que foram levantadas, elas suscitavam muitas dúvidas. Aliás, quem estava a fazer os estudos de mobilidade e de transportes para a revisão do PDM da Câmara Municipal, encomendado pela Assembleia Municipal, e que participou no Colóquio Sobre Mobilidade na Cidade de Lisboa, o Prof. José Viegas, disse a esse respeito que aquele túnel não ia resolver nada e, antes pelo contrário, suscitou as maiores dúvidas. -----

----- Mais ainda, lembrava que foram feitos estudos de mobilidade, não só de tráfego e contagem de automóveis, mas estudos de mobilidade a propósito do Plano de Pormenor da Rua Artilharia 1 que em nenhum momento suscitaram como solução técnica o desnivelamento, antes pelo contrário. O que aqui se suscitava como dúvida e não era ir a reboque de nada, mas sim um direito de questionar a administração, era com que estudos de mobilidade, que profundidade de estudos foram feitos para sustentar uma alternativa técnica que contrariava claramente aquilo que eram estudos do PDM feitos em 94 e que contrariava claramente os estudos de profundidade e de escala local como os que foram feitos a propósito do Plano de Pormenor das Amoreiras e da Artilharia 1. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PPM)**, no uso da palavra, acerca da moção nº 14, disse que se estava a pôr em dúvida a actuação do Tribunal de Contas e estava-se a dar de barato que ao Dr. Sá Fernandes já fora reconhecida razão noutro tribunal. Estava-se longe disso e pela argumentação que ele usou, por exemplo quando disse que o projecto de execução não estava concluído, lembrava só que a Central Térmica do Carregado, mais importante que o túnel das Amoreiras, o projecto de estrutura nunca esteve adiantado mais que 30 dias sobre a execução da obra. -----

----- Era uma falsa questão estar a dizer que o projecto de execução tinha que estar aprovado. -----

----- Sobre a questão da saudação ao Congresso da CGTP, referiu que o PPM gostaria de aprovar essa moção, embora entendesse que ela não tinha que ver com a finalidade da Assembleia. Em todo o caso, seria necessário que os seus autores incluíssem uma referência clara ao aspecto totalitário da acção da CGTP, que junto com o PCP e outras forças ditas de esquerda procuraram impor a unicidade sindical a todo o universo dos trabalhadores portugueses. Esse tempo já ia longe, mas convinha recordá-lo. -----

----- **O Deputado Municipal Ricardo Chaves (PSD)**, no uso da palavra, referiu que começaria por defender aquilo que considerava mais importante e na vida tinha que se ter sempre a noção do que seria importante. Assim, queria defender a honra de um homem que deu o privilégio de ser o Vice-Presidente do Executivo no início do seu mandato. Defender a honra porque, nos tempo correntes, era normal as pessoas serem postas em causa no seu presente pelo seu passado, era normal as pessoas não poderem defender o seu passado porque fora catalogado e o seu presente e futuro definidos na vida pública através da comunicação social, em que o direito de resposta não era devidamente assinalado. -----

----- Não percebia porque é que uma pessoa responder ao público sobre um cargo público que exerceu, sobre o momento em que o exerceu e como o exerceu, porque é que isso seria de alguma forma uma promiscuidade, algo que devesse levar a Assembleia a pronunciar-se contra, ou repudiando. Não entendia e parecia-lhe normal que quem exerceu cargos públicos, na Assembleia ou em qualquer órgão da Cidade, prestasse contas hoje ou em qualquer altura sobre o que aí tinha feito. -----

----- Por outro lado, era preocupante, e isso já tinha sido assinalado, que a questão do túnel das Amoreiras surgisse na Assembleia da forma como tinha surgido. Obras com a dimensão dessa deviam ser discutidas na Assembleia as vezes que fossem necessárias, com a amplitude e a profundidade necessárias. O que acontecia era que a liderança de tal debate devia constar, como já fora dito pelo Vereador Pedro Pinto, das agenda dos partidos, das agendas dos políticos e não necessariamente da agenda da comunicação social. -----

----- Em qualquer caso, ficava também demonstrado que a haver problemas de liderança em alguns partidos da vida pública portuguesa, eles estariam certamente resolvidos pela participação de cidadãos anónimos em acções populares. Embora a acção popular levantasse uma questão interessante, que era de saber quando se estaria perante uma acção popular e quando se estaria perante uma acção populista. -----

----- No caso da acção popular, podia-se dizer que seria um tribunal a derimir a questão, infelizmente na política nem sempre havia a arbitragem de um tribunal para derimir a questão. Parecia-lhe, no entanto, que o PS teria andado um pouco mais longe do popular e um pouco mais perto do populista, quando a sua veia fiscalizadora rejubilou e atingiu o seu zénite no momento em que a questão se tornou notícia nos jornais. Era uma forma de definir prioridades, era um método como qualquer outro, a

que o PSD não tinha nada a opor e até lhe dava algum gozo e interesse discutir dessa forma. -----

----- Aproveitava para se referir à questão de conteúdo do túnel, não querendo, no entanto, repetir uma interessante Assembleia onde se discutiu inúmeros aspectos, desde os mais importantes até aos mais pormenorizados, sobre o significado do túnel das Amoreiras. -----

----- Referiu que, no tocante à política da Cidade, não se podia perder a noção de que a política de transportes públicos não era inimiga do túnel das Amoreiras, nem o túnel das Amoreiras era inimigo da política de transportes públicos. Tinha que se perceber serem duas faces da mesma moeda, com duas vocações distintas. A política de transportes públicos tinha claramente uma vocação de longo prazo e por melhor que fosse a planificação, por melhor que fosse a reestruturação a ser levada a cabo nas empresas públicas de transportes, devia-se ter a noção de que o efeito a sentir na qualidade de vida dos lisboetas seria um efeito de longo prazo, não se sentindo logo no dia seguinte. Por isso seriam necessárias medidas que resolvessem os problemas de curto e médio prazo, com um trânsito cada vez mais complicado e difícil de gerir na Cidade. -----

----- Dirigindo-se ao Deputado Municipal Dias Baptista, disse não concordar com a ideia de que iria ajudar apenas as pessoas de Cascais e Oeiras, porque essas pessoas vinham para Lisboa trabalhar e, portanto, era em Lisboa que iam formar o trânsito. Qualquer medida que resolvesse o trânsito em Lisboa era também uma medida que ajudaria os lisboetas. Teria que ser ajudada com outras medidas de longo prazo e estruturais, como os transportes públicos, o que, aliás, estava a acontecer. -----

----- Também não podia deixar passar em branco a questão das alterações ao projecto do túnel das Amoreiras. Havia distintos membros do PS que tinham a experiência do que era conduzir grandes obras, nomeadamente em cargos públicos, e sabiam as dificuldades que por vezes surgem numa implementação e, como já fora salientado, mais surgiam quando a implementação da obra fosse subterrânea, não sendo possível prever com toda a clareza, como numa obra à superfície. -----

----- No entanto, havia também outros métodos, por exemplo fazer alterações para que o projecto tivesse qualidade, e o método de não fazer alterações, que podia ser exemplificado com a obra do Terreiro do Paço, no Metro de Lisboa. Talvez aí fossem necessárias mais alterações do que aquelas que houve, porventura atempadas. -----

----- Apesar de não estar presente o Deputado Miguel Coelho, não queria deixar de pedir que não levasse a mal as suas palavras, visto não serem palavras mal intencionadas, mas parecia-lhe que o Sr. Deputado Miguel Coelho tinha prestado um mau serviço quando falou de uma empresa concreta. Não se devia, enquanto Deputados Municipais, falar da empresa A ou B, nomeadamente quando estivessem em causa questões da actividade económica em si mesma e não direitos essenciais, sociais, públicos, das pessoas. Isso abria um precedente difícil e era um tipo de política para a qual a Assembleia Municipal nem parecia estar vocacionada. -----

----- Por outro lado, também agravava claramente o problema da negociação das carruagens pelo Metro. Imaginando que se tomava partido pela empresa A ou B no

fabrico de carruagens para o Metro de Lisboa, seria uma dificuldade negociar o preço com a empresa, sabendo-se que um órgão público tinha preferência por ela. -----

----- Terminava com uma questão, no seguimento do Deputado António Preto, da definição de trapalhadas. Entre o PSD e a esquerda, aqui personificada no PS, havia uma diferença grande no conceito de trapalhada. O PSD diria que se mete sempre em trapalhadas quem faz obra de vulto, sai quase sempre das trapalhadas quem faz bem a obra, nunca entra em trapalhadas quem pura e simplesmente deixa aos outros a iniciativa de resolver os problemas, quem pura e simplesmente gosta de exercer cargos públicos vendo as coisas acontecer no seu rumo, por vezes incerto, por vezes caótico. Mais uma vez se estava perante métodos diferentes e o PSD sabia bem qual era o seu, que continuaria em prol dos lisboetas. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Vieira (PCP)**, no uso da palavra, referiu que no PAOD se tinham trazido várias questões relativas à mobilidade em Lisboa. O PCP também trazia algumas, seriadas de um grande conjunto de problemas e que, inevitavelmente, eram problemas que atravessavam a Carris, uma empresa com mais de 131 anos a assegurar um serviço público indispensável ao funcionamento de Lisboa e da economia da Cidade, do bem estar e da qualidade de vida dos que aí trabalhassem ou residissem. -----

----- Queria lembrar que era por força de opções políticas que vinham norteando a acção da empresa que, ao longo dos anos, a Cidade de Lisboa era profundamente prejudicada, com sucessivos cortes na oferta, que se consubstanciaram em reduções nas frequências, alterações dos percursos, encurtamentos de carreiras, e que resultaram num inadmissível aumento do período de espera que as pessoas hoje tinham para ter direito ao transporte público. -----

----- Também conduziram a um cada vez maior isolamento em mais zonas da Cidade de Lisboa e isso não podia ser desmentido. Isso devia ser visto em sede de decisão política, porque esses sim, eram graves problemas de mobilidade na Cidade de Lisboa que a Assembleia Municipal devia tratar com afinco e com empenho e com a responsabilidade que os lisboetas lhe exigiam. -----

----- Fora ainda por causa dessas medidas que num período de três anos se reduziram 26 milhões de passageiros, ou seja, foram empurradas 40 mil pessoas para a opção do transporte individual e isso eram factos indesmentíveis. A Assembleia podia-se apoiar nesses dados, uma vez que resultaram do inquérito feito à mobilidade na área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Agora, como se todas essas opções tomadas ao longo dos anos não bastassem para inverter o caminho, era-se sucessivamente confrontado com a chamada reestruturação da Carris, uma reestruturação que se apoiava fundamentalmente no já velho argumento das dificuldades financeiras e económicas da empresa, no baixo custo das tarifas dos bilhetes e dos passes sociais. Sobre isso importava também que todos, num exercício responsável, olhassem para o relatório vindo da Comissão de Análise às Contas Públicas, onde era dito que o Estado não tinha cumprido ao longo dos anos com as obrigações que tinha de dotar a empresa dos meios financeiros necessários ao seu exercício. -----

----- Não era só essa entidade pública, não era o PCP, não eram os trabalhadores nem os utentes, era uma entidade criada para ver as contas públicas que dava razão ao PCP e aos trabalhadores e que exigia a inversão do caminho. Mas não era só essa, era também o Tribunal de Contas, que atacava o privilégio dado ao longo dos anos na distribuição das receitas do passe social a favor dos grandes grupos privados. -----

----- O PCP não se coíbia de dizer que se tratava do Grupo Barraqueiro. Era esse grupo que tinha um assessor do seu Conselho de Administração sentado no Conselho de Administração da empresa. Não se estranhavam, pois, as medidas que vinham sendo tomadas e era nesse quadro de gravidade que importava saber a intenção das medidas de reestruturação na Carris. O que se tratava era de maiores cortes na oferta de serviço público de transportes, facto que a população da Cidade de Lisboa já ia sentindo. -----

----- Hoje não se podia saber com certeza a que horas seria o autocarro, nem os horários afixados eram capazes de dizer o período exacto de frequência para um determinado período do dia. Era disso que se tratava e era iniludível, exigindo tratamento por parte da Autarquia. -----

----- Outra questão central e decisiva posta como panaceia para a resolução do problema dos transportes era a alienação do património, mas isso não tinha que ver com a resolução dos problemas da mobilidade na Cidade de Lisboa e sim com negócio, que ia ao arrepio dos interesses de quem vivesse ou trabalhasse na Cidade de Lisboa. -----

----- Tinha ainda aquilo que disse ser velho nesses hábitos, que era uma linha muito forte de ataque aos direitos dos trabalhadores, destruição de postos de trabalho. Mais de 750 postos de trabalho foram destruídos no último ano, sempre apoiados no velho preceito de dizerem que eram rescisões amigáveis, mas não eram, eram rescisões obtidas na base da repressão e da pressão ilegítima sobre os trabalhadores. -----

----- Era nesse quadro que se exigia perguntar, com toda a estima e consideração devida ao representante do Sr. Presidente da Câmara, o que é que se pretendia municipalizar, que negócios existiam com o Governo e com o Conselho de Administração da Carris, se o todo ou partes da empresa e quais dessas seriam para municipalizar e qual o destino a dar às restantes. O que se iria fazer com os direitos dos trabalhadores e com o património, como se resolveria a enorme dívida do Estado para com a empresa. Essas eram as coisas que o PCP gostaria de ver discutidas na Assembleia Municipal e na Câmara de Lisboa. -----

----- Recordava ainda as graves declarações feitas pelo Primeiro-Ministro em Otava, em resposta ao Presidente da Bombardier Internacional, que perguntava como é que eram os grandes projectos existentes em Portugal para os transportes públicos, quer da ferrovia, quer em relação à Carris, se seria para privatizar ou não. Foi clara a resposta do Sr. Primeiro-Ministro, de que primeiro municipalizava-se e depois tratava-se de privatizar. -----

----- Isso não era nenhuma calúnia dos jornais, até porque estava inscrito no Orçamento de Estado do Governo do País. Esse caminho o PCP não partilhava, pedia novamente que fossem dadas as respostas e que se tivesse isso presente no debate. ---

----- O PCP não estava a ver a Câmara Municipal a estar de acordo com coisas que os tribunais e a Provedoria de Justiça em Portugal já decidiram pela razão dos trabalhadores, no sentido de lhes serem fornecidos os estudos, como a Lei obrigava. Não se via a Câmara disposta a isso e até hoje continuava-se a esconder. -----

----- Finalmente, em relação ao Regulamento de Cargas e Descargas, o PCP não tinha qualquer dúvida de que era necessário existir esse Regulamento em Lisboa, para disciplinar essa actividade, mas também sugeria à Câmara que a audição pública não ficasse pela audição e que houvesse um convite efectivo às associações, que houvesse uma participação efectiva das juntas e um convite à participação para elaboração do Regulamento. Não seriam professores catedráticos que iam resolver os problemas, mas sim o diálogo e a participação de todos que permitiria viver numa Lisboa melhor e mais feliz. -----

---- Referiu que as moções apresentadas iriam merecer a aprovação do PCP. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Pinto** referiu que conhecia suficientemente bem o Sr. Deputado Dias Baptista para saber que não tinha querido ofender a honra, quando disse que as razões de ter sido o Prof. Carmona Rodrigues a defender o túnel se deviam à não concordância do Vereador Pedro Pinto. -----

----- Queria esclarecer que não foi. Nesse dia encontrava-se em Espanha e por isso não podia responder, mas ia mais longe e esperava um dia poder dizer aos seus netos que fora daqueles que, contra ventos e marés, ajudou a fazer o túnel do Marquês na Cidade de Lisboa. -----

----- **A Deputada Municipal Graça Mexia (PCP)**, no uso da palavra, disse pensar que todos os portugueses e portuguesas estariam neste momento muito bem identificados, cada um com a sua ideologia e bastava olhar para a sala, com o problema do aborto em Portugal. Com certeza que ninguém teria alguma dúvida e o que as pessoas tinham era posições a tomar. -----

----- Como mulher, como comunista e como Deputada na Assembleia Municipal, pedia apenas que lessem atentamente a moção que era proposta. Se ainda houvessem algumas dúvidas, ela era muitíssimo clara. -----

----- **O Deputado Municipal José Possidónio (PCP)**, no uso da palavra, começou por lembrar que na última Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara, entre outras coisas, afirmara que ainda andava à procura de uma alternativa para a localização do posto de abastecimento de combustíveis protocolado com o Sport Lisboa e Benfica, a implantar no Alto da Faia, em Telheiras, junto ao Eixo Norte-Sul. No entanto, podia-se verificar que já se encontrava em construção o novo campo polidesportivo, para substituir o existente, a destruir com a implantação do novo posto de abastecimento. -----

----- A ser verdade que se estava perante um facto consumado com a instalação do posto de abastecimento no Alto da Faia, o Sr. Presidente da Câmara faltou à verdade e, mais grave, numa atitude prepotente e pouco democrática, foi ignorada a posição das populações locais, da Associação de Residentes de Telheiras, da Junta de Freguesia do Lumiar, da Assembleia de Freguesia do Lumiar e os pareceres

contrários da Comissão de Urbanismo Rede Viária e Circulação e da Comissão de Segurança e Protecção Civil. -----

----- Pediu esclarecimentos sobre o que estaria previsto para resolver o problema do aluimento da encosta do Bairro da Liberdade e se estaria previsto o realojamento dos munícipes afectados. -----

----- **O Senhor Presidente** referiu que o pedido de informação podia ser feito por escrito, para que pudesse ser enviado à Câmara Municipal. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara de Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, informou a Mesa de que o PS faria uma declaração de voto relativamente à moção sobre a interrupção voluntária da gravidez / aborto. -----

----- **O Senhor Presidente** iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº1** apresentada pelo PEV. -----

----- A **Moção nº2**, apresentada pelos Grupos Municipais do PCP, PS, PEV e BE, a pedido do CDS/PP foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e abstenções de PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 2, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, votos contra de PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, votos contra de PSD, CDS/PP e PPM. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº3**, apresentada pelo Deputado Municipal Rodolfo Caseiro, do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, voto contra do PPM e abstenções do PSD e CDS/PP -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº4**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM-----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº5**, apresentada pelo Grupo Municipal do PCP. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº6**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº7**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº8**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, com os votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção nº9**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE. -----

----- Rejeitar a **Moção nº10**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, com os votos contra do PSD, CDS/PP e PPM, votos favoráveis do PCP, PEV e BE e abstenção do PS.-----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção nº11**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, com os votos favoráveis do PSD, PCP, PS, CDS/PP, PEV e PPM e abstenção do BE -

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n°12**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, com os votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e abstenções do PSD, CDS/PP e PPM -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n°13**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, com os votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n°14**, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, com os votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE e votos contra do PSD, CDS/PP e PPM -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara de Brito (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia da Encarnação, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “ O PS votou favoravelmente a moção sobre o aborto em Portugal porque nós consideramos que o aborto é uma questão do direito e da liberdade, ou seja, de direitos humanos. Direito da criança a ser desejada, amada e a ter um colo. Liberdade da mulher de optar, de escolher. -----

----- Quando nós estamos a favor da interrupção voluntária da gravidez e da descriminalização somos a favor da liberdade de escolha. Não impomos a ninguém que faça a interrupção voluntária da gravidez, pelo contrário. Se não houver a legislação que liberte as mulheres de serem criminalizadas, acontecerá que o aborto clandestino crescerá em Portugal, continuaremos a ver crianças abandonadas e mulheres julgadas, humilhadas em tribunal. -----

----- É uma questão de direito e de liberdade. No século XXI não é admissível que, em Portugal, que tanto lutou pela liberdade, se tenha de submeter mulheres à humilhação, como eu verifiquei no Tribunal de Aveiro aquilo que foi dito face às mulheres. -----

----- Nenhum homem quererá aceitar que as suas namoradas, as suas companheiras, as suas mulheres que queiram abortar, se submetam a uma humilhação indigna de um País que tem a democracia há 30 anos.” -----

----- **O Deputado Municipal Rodrigo Moctezuma (PPM)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Em relação à Moção n°10, apresentada pelo Bloco de Esquerda, quando solicita uma projecção da estimativa da quantia que podia entrar nos cofres da Cidade se não houvesse fuga ao fisco, eu acho que isso é de difícil realização. -----

----- Para sustentar a minha afirmação, eu vou apresentar o caso que se deu comigo: há uns meses recebi das Finanças ordem para pagar 1500 contos de IRS que tinha em atraso de pagamento, felizmente tinha os papéis com que provei que na devida altura tinha sido pago. Se isto se tivesse dado agora, os 1500 contos viriam a ser incorporados nas importâncias da fuga ao fisco. -----

----- Era esta observação que queria fazer ao Bloco de Esquerda e ao Sr. Deputado Municipal Carlos Marques.” -----

----- **O Senhor Presidente**, perante uma solicitação do Sr. Deputado Municipal Ferreira Pereira no sentido de uma declaração de voto, esclareceu que o seu grupo já tinha procedido a uma declaração de voto e que, querendo fazer outra, teria que a

realizar por escrito e com um período de 24 horas para a apresentar, por forma a ser incluída na acta. -----

----- Referiu que, não estando proposto na Moção de Pesar, fora proposto à Mesa que se guardasse um minuto de silêncio em memória de José Carreira. -----

----- Neste momento cumpriu-se **um minuto de silêncio em memória de José Carreira.** -----

----- Seguidamente, o **Senhor Presidente** declarou aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 – Proposta 671/2003** -----

----- **Ponto 2 – Proposta 776/2003** -----

----- **Ponto 3 – Proposta 781/2003** -----

----- **Ponto 4 – Proposta 759/2003** -----

----- **Ponto 5 – Proposta 760/2003** -----

----- **Ponto 6 – Proposta 794/2003** -----

----- **Ponto 7 – Proposta 3/2004** -----

----- **O Senhor Presidente** referiu que a Comissão Eventual Para o Orçamento Participativo tomava posse na Mesa, estando já avisados todos os Srs. Deputados Municipais indicados pelas forças políticas. Assim, solicitava a todos os que ainda não assinaram o termo de posse, que se dirigissem à Mesa para o poder assinar. Disse ainda que essa Comissão teria a Presidência do PS e o Secretariado do PSD. -----

----- Informou que a proposta nº671/03 tinha sido retirada, porque, como ela própria consignava, teria ainda debate público, depois ia a uma reunião da Câmara Municipal e só então voltaria à Assembleia Municipal. -----

----- Quanto à proposta nº781/03, ia-se aguardar um parecer jurídico relativamente às dúvidas levantadas em conferência de representantes sobre a auscultação pública. Havia também uma questão de alteração nas contraordenações, o artº16, que fora aceite em reunião de Câmara Municipal e ainda não estava na proposta. -----

----- A proposta nº781/03 iria assim ficar adiada para uma reunião da Assembleia já marcada para dia 27, onde se terminaria a presente sessão extraordinária. -----

----- Informou que no dia 10 de Fevereiro se daria início à reunião ordinária desse mês. -----

----- Informou ainda que na conferência de representantes fora aprovada uma proposta para uma sessão comemorativa dos trinta anos do 25 de Abril, a ter lugar no dia 20 de Abril. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 2 – PROPOSTA 776/2003 - APROVAR A RESCISÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE CONSTITUÍDO SOBRE A PARCELA DE TERRENO SITA NA ESTRADA DA PONTINHA E CONSTITUIR A FAVOR DA APOIARTE – ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS ARTISTAS, PARA PROSECUÇÃO DOS RESPECTIVOS FINS ESTATUTARIAMENTE DEFINIDOS, A TÍTULO GRATUITO E PELO PRAZO NÃO PRORROGÁVEL DE 99 ANOS, E AINDA AUTORIZAR**

A CONSTITUIÇÃO DE UMA OU MAIS HIPOTECAS SOBRE O DIREITO DE SUPERFÍCIE A CEDER, A FAVOR DA(S) ENTIDADE(S) QUE FINANCIAR(EM) AS OBRAS DE ALTERAÇÃO ÀS EDIFICAÇÕES QUE INTEGRAM O PRÉDIO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO Nº2 DO ARTº53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO; -----

----- PROPOSTA 776/2003 -----

----- “Considerando que: -----

----- Através da Proposta n.º 231/81, aprovada pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal nas suas reuniões de 23NOV1981 e de 01ABR1982, respectivamente, foi deliberado constituir o direito de superfície a favor do Sindicato das Artes e Espectáculos (SIARTE) sobre uma parcela de terreno com a área de 11.670,00 m², sita na Estrada da Pontinha, pelo prazo de 50 anos, renovável por períodos de 35 anos (cfr. Escritura Pública de Constituição do Direito de Superfície outorgada em 22 de Abril de 1983); -----

----- Através da Proposta n.º 212/87, aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 22JUL1987, foi deliberado rectificar a aludida Proposta n.º 231/81, quanto à respectiva área (que passou a ser de 11.400,00 m²) e limites de implantação e autorizar o Superficiário a transmitir à APOIARTE – Associação de Apoio aos Artistas o direito de superfície, nos termos e condições em que lhe foi cedido (cfr. Escritura Pública de Rectificação e Aditamento outorgada em 18SET1987); -----

----- Através da Proposta n.º 623/92, aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 18NOV1992, foi uma vez mais (e desnecessariamente) autorizado o SIARTE a transmitir à APOIARTE o direito de superfície, nos termos e condições em que lhe foi cedido, deliberando-se ainda ajustar os limites da parcela de terreno sobre a qual fora constituído o direito de superfície, que ficaria cingida a 11.100,00 m²; -----

----- Não foi dada execução à supra referida Proposta n.º 623/92, dado que não foi outorgada a respectiva escritura pública de alteração do direito de superfície; -----

----- A APOIARTE apresentou ao Município um projecto de ampliação das suas instalações da Casa do Artista (Lar de Idosos), para cuja concretização terá eventualmente de recorrer ao crédito bancário, donde decorre a necessidade de oneração do prédio; -----

----- Para superar os constrangimentos resultantes da aproximação do termo do prazo inicial pelo qual foi constituído o direito de superfície, a APOIARTE manifestou interesse em que o mesmo lhe fosse cedido pelo prazo de 99 anos a contar desta altura; -----

----- A APOIARTE, que actualmente paga ao Município a renda mensal de € 120,35, solicita ainda que o direito de superfície seja constituído a título gratuito, atento que as contribuições dos sócios e residentes do lar são insuficientes para cobrir as despesas em que incorre, registando anualmente um défice orçamental na ordem dos € 70.000,00; -----

----- A APOIARTE é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, de forma associativa, reconhecida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, que prossegue

fins não lucrativos, designadamente dirigidos à promoção e desenvolvimento de iniciativas de carácter cultural, social e outras, de apoio aos Artistas portugueses e a outros que em Portugal tenham trabalhado, com especial relevância para os jovens e a terceira idade; -----

----- Para a prossecução dos fins estatutariamente definidos a APOIARTE se propôs criar e manter, entre outros, o equipamento da Casa do Artista (Lar de Idosos);

----- Compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, deliberar sobre a forma de apoio a entidades e organizações legalmente existentes; -----

----- A Casa do Artista (Lar de Idosos), está implantada numa parcela de terreno delimitada a Norte, Sul e Nascente por arruamentos públicos, tornando-se conveniente, numa óptica de consolidação e racionalização urbanística e paisagística do local, redefinir os respectivos limites, passando a parcela de terreno a ceder em direito de superfície a ter a área de 12.000,00 m²; -----

----- Por via da aprovação da presente proposta fica prejudicada a execução da referida Proposta n.º 623/92; -----

----- A Proposta n.º 231/81, através da qual foi aprovada a constituição do direito de superfície e definidas as respectivas condições iniciais (v.g., prazos e preço), foi aprovada pela Assembleia Municipal, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto no artigo 64º, n.º 4, alínea a) e n.º 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão delibere: -----

---- 1. Rescindir o direito de superfície constituído sobre a parcela de terreno com a área de 11.400,00 m², sita na Estrada da Pontinha, representada a tracejado de cor amarela na cópia da Planta n.º 03/176/02 do Departamento do Património Imobiliário;

----- 2. Constituir a favor da APOIARTE – Associação de Apoio aos Artistas, para prossecução dos respectivos fins estatutariamente definidos, o direito de superfície, a título gratuito e pelo prazo não prorrogável de 99 anos, sobre a parcela de terreno com a área de 12.000,00 m², sita na Estrada da Pontinha, representada a tracejado de cor azul na cópia da Planta n.º 03/177/02 do Departamento do Património Imobiliário; ---

----- 3. Autorizar a constituição de uma ou mais hipotecas sobre o direito de superfície a ceder, a favor da(s) entidade(s) que financiar(em) as obras de alteração às edificações que integram o prédio. -----

----- CONFRONTAÇÕES DA PARCELA A CEDER EM DIREITO DE SUPERFÍCIE -----

----- Norte: Estrada da Pontinha -----

----- Sul: Estrada da Correia -----

----- Nascente: Via Envolvente de Carnide -----

----- Poente: C.M.L. -----

----- CONDIÇÕES DE ACORDO -----

----- 1. A afectação do prédio a fim diverso do fixado na presente Proposta determina a reversão do direito de superfície. -----

----- 2. A alienação do direito de superfície carece de autorização expressa do Município de Lisboa, que gozará do direito de preferência, em primeiro grau, na alienação do direito, por qualquer causa. -----

----- 3. Operada a extinção do direito de superfície pelo decurso do respectivo prazo ou por reversão, o prédio volta à posse do Município, sem que a Superfícieária tenha direito a qualquer indemnização pelas benfeitorias entretanto efectuadas. -----

----- (Processo Privativo n.º 220/DPI/2003)” -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, disse que não tinha nada a opor à proposta. Uma proposta relativa à Casa do Artista, situada na Freguesia da qual era Presidente. -----

----- Esclareceu que a Junta vinha acompanhando os projectos da APOIARTE e a presente proposta tinha em vista o aumento das valências, nomeadamente a construção de uma piscina. -----

----- Aproveitando a oportunidade de se estar a discutir essa parcela de terreno, queria chamar a atenção do Executivo Camarário, agora reduzido apenas à Senhora Vice-Presidente, para a parcela exactamente ao lado dessa, do Parque Residencial dos Artistas de Circo. -----

----- Esse era um processo que tinha parado em 2001 e ao lado de uma zona nobre, a Casa do Artista, havia uma zona muito degradada, com várias auto-caravanas e tendas. Um espaço camarário que foi abandonado pela Câmara em Novembro de 2001, em pleno processo de realojamento, sendo que metade daquela população foi realojada, a outra metade estava por realojar. -----

----- A situação apresentava graves riscos de incêndio, estava em causa a saúde pública. As condições habitacionais das pessoas ali residentes, artistas de circo, estavam muito degradadas. -----

----- Várias vezes questionara o actual Executivo Camarário sobre para quando a resolução desse problema e voltava agora a questionar. Solicitava que alguém fizesse chegar o seu pedido à Câmara Municipal. -----

----- Por outro lado, também o terreno ao lado da Casa do Artista tinha a ver com a questão da construção do centro de saúde, que seria mais uma valência de apoio à Casa do Artista. Numa freguesia com 20 mil habitantes, mais do que em metade dos concelhos do País, não havia um centro de saúde e o que dizia a Administração Regional de Saúde era que já existia planta e estava-se à espera que a Câmara definitivamente cedesse o terreno para a sua construção. -----

----- Referiu que essa parcela de terreno se inseria no Plano de Urbanização Carnide-Luz e, a esse propósito, dizer que era o quarto pedido de reunião que fazia por escrito à Senhora Vereadora do Património, para conversar sobre o assunto, e quatro vezes ficara sem resposta, nem que fosse para acusar a recepção do ofício. Também na Assembleia Municipal pusera pessoalmente essa questão e ficava sempre sem resposta. -----

----- Disse que ainda se ia a tempo para recuperar toda a zona do Centro Histórico de Carnide, as quintas, não permitindo ali a construção em altura. A Cidade estava

necessitada de mais um parque urbano naquela zona e esperava que isso fosse tido em atenção. -----

----- Eram as três recomendações que deixava à Senhora Vice-Presidente, Parque Residencial dos Artistas de Circo, Centro de Saúde de Carnide e Plano de Urbanização Carnide-Luz. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 776/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 4 – PROPOSTA 759/2003 - APROVAR O LANÇAMENTO DE UM PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA O “FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS DO DRMM NA AV. INFANTE D. HENRIQUE POR UM ANO, PRORROGÁVEL POR MAIS DOIS ANOS”, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ARTº22º DO DL 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA R) DO Nº1 DO ARTº53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- PROPOSTA 759/2003 -----

----- “Considerando que nas instalações municipais do Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica - DRMM, sitas na Av. Infante D. Henrique, registam, diariamente e durante as 24 horas do dia, um elevado número de entrada e saída de viaturas, nomeadamente de viaturas pesadas; -----

----- Considerando que nestas instalações municipais trabalham cerca de 300 funcionários distribuídos por vários serviços tais como: a oficina de manutenção e reparação de toda a frota municipal, o armazém de peças, a estação de serviço e o posto de abastecimento de combustíveis que serve todas as viaturas da frota do Município; -----

----- Considerando a necessidade de manter estas instalações limpas e em condições de higiene; -----

----- Considerando que o instrumento contratual para o fornecimento de serviços de limpeza destas instalações municipais celebrado na sequência do Concurso Público Internacional n.º 37/CP/01, actualmente em vigor, não admite mais prorrogações, pelo que foram já desencadeados pelos serviços os procedimentos necessários ao lançamento de novo Concurso Público; -----

----- Considerando que a despesa resultante dá lugar a encargo orçamental que se repercute em mais de um ano económico não estando prevista em Plano Plurianual por se tratar de despesa corrente; -----

----- Considerando ainda, o disposto no n.º 5.1, artigo 9.º do Regulamento do Orçamento de 2003; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal: -----

----- 1. O lançamento, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 78.º e alínea b) do art.º 190.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho e Directiva publicada no JOCE n.º.379, de 31-12-1999, de um procedimento por Concurso Público Internacional para o “Fornecimento de serviços de limpeza das instalações municipais do DRMM, sitas nas Av. Infante D. Henrique, por um ano, prorrogável por mais dois anos”, para o qual se estima um encargo de € 330.000,00, com exclusão de IVA, o qual se inscreve na rubrica orçamental 09.03/02.02.02; -----

----- 2. A seguinte constituição do Júri do Concurso referido em 1, nos termos do artigo 90.º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho: -----

----- Dr.ª Cristina Maria Nogueira Valado, Chefe de Divisão de Prevenção e Controlo da Sinistralidade – como presidente; -----

----- Dr. José Avelino Afonseca, Técnico Superior Assessor Principal (Jurista) – como 1.º vogal efectivo; -----

----- Dr.ª Filomena Pedro, Técnica Superior Jurista – como 2.º vogal efectivo; -----

----- Dr. Armando da Silva Pereira, Técnico Superior – como 1.º vogal suplente; -----

----- Dr. Nuno Rodrigues, Técnico Superior Jurista – como 2.º vogal suplente. -----

----- O 1.º Vogal Efectivo substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, nos termos do n.º 2 do art.º 90 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho. -----

----- 3. Que seja delegada nos respectivos elementos do Júri do Concurso, a faculdade de realização da Audiência Prévia, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 108.º do Decreto- Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 759/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 5 – PROPOSTA 760/2003 - APROVAR O LANÇAMENTO DE UM PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA O “FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DOS ESPAÇOS EXTERIORES DO CEMITÉRIO DE CARNIDE, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO ARTº22º DO DL 197/99, DE 8 DE JUNHO, E DA ALÍNEA R) DO Nº1 DO ARTº53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- PROPOSTA 760/2003 -----

----- “Considerando que, é necessário proceder ao fornecimento de serviços de conservação, manutenção e limpeza dos espaços exteriores do Cemitério de Carnide;

----- Considerando que a despesa resultante dá lugar a encargo orçamental que se repercute em mais de um ano económico não estando prevista em Plano Plurianual por se tratar de despesa corrente; -----

----- Considerando ainda, o disposto no n.º 5.1, artigo 9.º do Regulamento do Orçamento de 2003; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal: -----

----- 1. O lançamento, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 78.º e alínea b) do art.º 190.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho, de um procedimento por Concurso Público Internacional para o “Fornecimento de serviços de Conservação, Manutenção e Limpeza dos Espaços Exteriores do Cemitério de Carnide”, por um ano, prorrogável por igual período de tempo, até ao triénio civil subsequente, para o qual se estima um encargo total de € 600.000,00 (seiscentos mil euros), com exclusão de IVA, o qual se inscreve na rubrica orçamental 09.01/02.02.25 no âmbito do projecto “REDEFINIÇÃO DE MÉTODOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO”, código 04/02/A101 do projecto de Plano de Actividades para 2004; -----

----- 2. A seguinte constituição do Júri do Concurso referido em 1, nos termos do artigo 90.º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho: -----

----- Presidente: Dra. Brígida de Carvalho - Técnica Superior Jurista -----

----- 1.º Vogal Efectivo: Dra. Tatiana Duarte dos Santos Silva - Técnica Superior Jurista -----

----- 2.º Vogal Efectivo: Arq. Maria Pessoa -----

----- 1.º Vogal Suplente: Armando Pereira - Técnico Superior -----

----- 2.º Vogal Suplente: Leonor Nobre Antunes - Chefe de Serviços de Cemitério ----

----- O 1.º Vogal Efectivo substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos, nos termos do n.º 2 do art.º 90 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho. -----

----- 3. Que seja delegada nos respectivos elementos do Júri do Concurso, a faculdade de realização da Audiência Prévia, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 108.º do Decreto- Lei n.º 197/99, de 8 de Junho” -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, começou por dizer que hoje estava com sorte, uma vez que havia duas propostas para Carnide, ou que pelo menos podiam envolver a Freguesia de Carnide. -----

----- Sobre a presente proposta, queria chamar a atenção da Câmara Municipal de Lisboa que, quando da abertura da primeira fase do cemitério, estava contemplada uma outra fase para a outra parte do cemitério, que tinha sido sucessivamente adiada. Numa das últimas reuniões de Câmara o Sr. Vereador Pedro Feist voltara a falar dessa questão e disse que com o realojamento do Vale do Forno estavam reunidas as condições para se avançar com a segunda fase. -----

----- Era importante saber, por parte da Câmara, para quando a segunda fase de construção do cemitério e também alertar para saber se foram resolvidas as questões que tinham a ver com o depósito ilegal de frigoríficos e outros produtos poluentes, instalados dentro da futura segunda fase do Cemitério de Carnide. -----

----- Referiu ainda que o Cemitério de Carnide era o único cemitério dentro da Cidade de Lisboa a não ser servido por transporte público. Já tinha feito vários contactos com a Câmara Municipal e com a Carris no sentido de se encontrar uma solução, visto ser um dos maiores cemitérios da Europa, um grande cemitério na Cidade de Lisboa, sem

qualquer acesso de transporte público. No acesso mais próximo, as pessoas tinham que se deslocar mais de um quilómetro para aí chegar. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 760/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 6 – PROPOSTA 794/2003 – APROVAR A RATIFICAÇÃO DOS PROTOCOLOS CELEBRADOS COM O METROPOLITANO DE LISBOA, EP, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- PROPOSTA 794/2003 -----

----- “Considerando que: -----

----- As instalações no Arco do Cego onde ainda funciona uma central de camionagem têm de ser desocupadas em obediência a sentença administrativa, já transitada em julgado, sendo necessário encontrar uma solução alternativa em Lisboa; -----

----- O Metropolitano de Lisboa, E. P., pretendendo promover a valorização imobiliária de activos da empresa com vista à constituição de um fundo de pensões, visando garantir parte das suas responsabilidades com complementos de reforma dos seus trabalhadores, visa promover um loteamento que permita essa valorização; -----

----- O Metropolitano acordou celebrar com o Município de Lisboa a disponibilização dum espaço em Sete Rios, cuja propriedade transferirá para este a título de cedência a favor do município que, nos termos do artigo 44º do Decreto Lei n.º 555/99, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 177/2001, permitirá a instalação de uma central de camionagem com 36 lugares cais, 60 lugares de estacionamento para autocarros e parque público para ligeiros (360 lugares); -----

----- Nos termos desses protocolos, celebrados entre o Metropolitano e o Município, foram logo disponibilizados terrenos destinados à construção de uma central de camionagem provisória; -----

----- O Município, no âmbito dos protocolos que celebrou com o Metropolitano de Lisboa, E.P. disponibilizou à Rede Nacional de Expressos uma área aproximada de 21 902 m², permitindo o início imediato das obras necessárias à construção de uma central de camionagem provisória; -----

----- Os dois protocolos celebrados entre o Município e o Metropolitano de Lisboa, bem como o entre este Município e a Rede Nacional de Expressos, cujos textos se juntam em anexo, foram assinados em cerimónia pública nos Paços do Concelho no pretérito dia 10 de Dezembro; -----

----- Se podem suscitar dúvidas se a competência para autorizar a celebração dos referidos protocolos não caberia a esta Câmara; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Aprovar a ratificação e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do art.º 68º e na alínea i) do n.º 2 do artigo

53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei n.º 5-A/2001, de 11 de Janeiro, dos protocolos celebrados em 10 de Dezembro de 2003, que se juntam em anexo e que fazem parte integrante da presente proposta.” -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Vieira (PCP)**, no uso da palavra, disse que havia algumas questões que gostava de ver respondidas pela Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Uma questão, que inevitavelmente podia ser tida como uma melhoria, era a da localização. A localização era melhor no respeitante à mobilidade, à fluidez do trânsito e do tráfego na Cidade de Lisboa. Essa era uma questão indesmentível e ninguém via como má essa opção. -----

----- Já não merecia o acordo do PCP, antes pelo contrário, havia alguma discordância, o continuar a tratar essa questão da central de camionagem como uma questão provisória. Instalações e equipamentos desse tipo queriam medidas de carácter definitivo para a solução do problema, perfeitamente enquadradas com o PDM e integradas também num efectivo plano de mobilidade e ordenamento do trânsito na Cidade de Lisboa. -----

----- Sobre isso o PCP gostava que a Câmara desse algumas explicações, de como é que pretendia compaginar isso, apesar de dizer ser uma solução provisória e assumir, dizendo que dentro de dois anos vai proceder à construção da central definitiva. -----

----- Outra questão era saber em quanto é que a Câmara Municipal de Lisboa previa que importassem os custos a serem suportados e por quem, para além dos 92 mil euros a serem suportados pelo Metropolitano de Lisboa. Havia todo o interesse em esclarecer essa questão, para se poder votar com o conhecimento integral da proposta. -----

----- Gostaria ainda de saber quais eram os limites que a Câmara de Lisboa pretendia pôr às alterações de usos inerentes ao projecto, relativamente a imobiliário. Para votar conscientemente a proposta era também necessário saber isso, qual a volumetria, quais os equipamentos, quantos, como e de que modo. -----

----- Finalmente, saber que estudos de impacte ambiental e de tráfego foram feitos para as zonas envolventes, nomeadamente na Freguesia de São Domingos de Benfica e na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- **A Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu que não podia dar a resposta completa, mas iria fazê-lo dentro das informações de que dispunha. -----

----- Esclareceu que toda a situação era considerada provisória por existir uma sentença de tribunal, para a central de camionagem lá existente, de que teria que abandonar aquelas instalações. -----

----- Em relação aos custos a suportar pela Câmara, disse que a Câmara não iria suportar quaisquer custos. Isso era algo que queria deixar bem claro. -----

----- Outra questão colocada era em relação aos usos e equipamentos e pressupunha que se referisse ao local da actual central de camionagem. Esclareceu que havia alguma limitação em relação aos usos dessa área, porque foi uma área cedida em tempos e que não podia ter outro tipo de uso. De qualquer forma, a ideia existente, afirmada pelo Sr. Presidente da Câmara em reunião de Câmara, era de criar ali um

espaço verde, eventualmente, ainda em discussão, com o Museu da Carris. Isso estava a ser negociado mas, de qualquer forma, seria para criar um espaço de lazer. -----

----- Finalmente, sobre os estudos de impacte ambiental, não podia dar a resposta, mas a Câmara iria depois dar a resposta por escrito. -----

----- **O Deputado Municipal Eduardo Vieira (PCP)** referiu que a cláusula 5ª do acordo previa: “o Metropolitano promoverá um projecto de loteamento para as áreas habitacionais e de serviços que se encontrem previstas no plano de pormenor que integra o imóvel em causa”. Era isso que o PCP gostaria de saber, que limites haveria. Não era em relação aos usos dados ao Arco do Cego, mas sim em relação à futura zona, quais os limites que seriam impostos. -----

----- **A Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal**, quanto ao plano de pormenor previsto na cláusula 5ª, esclareceu que esse plano estava a ser realizado e teria que ser aprovado pela Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que mais ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 794/2003, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PS, CDS/PP e PPM e abstenções do PCP, PEV e BE. -----

----- Por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **PONTO 7 – PROPOSTA 3/2004 – APROVAR A AFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO DA PARCELA DE TERRENO, BEM COMO O RECONHECIMENTO À LUSO IMOBILIÁRIA S.A, OU A QUEM NO ACTO DA ESCRITURA PROVE SER LEGÍTIMO PROPRIETÁRIO, DO DIREITO À ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DEVIDAS PELA OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO COM ESTALEIRO DE APOIO À CONSTRUÇÃO EM CAUSA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA D DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

----- PROPOSTA 3/2004 -----

----- “Considerando que: -----

----- Através do Processo n.º 268/OB/2001 foi aprovada, por despacho de 19/12/2002 da Exma Vereadora do Pelouro do Urbanismo, uma construção localizada na Rua Duarte Galvão 33-35, em Lisboa; -----

----- Para viabilizar a referida construção se torna necessário aceitar a doação de uma parcela de terreno destinada a integrar o domínio público, -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 64.º, n.ºs 1, alínea h) e 6, alínea a), e do artigo 53.º, n.ºs 2, alínea e) e 4, alínea b), ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, -----

----- Aceitar de Luso Imobiliária S.A., ou de quem no acto da escritura prove ser o legítimo proprietário, a doação de uma parcela de terreno orlada a cor amarela na cópia da Planta n.º 03/160/02 do Departamento do Património Imobiliário, com a área de 167,00 m2, destinada a integrar o domínio público municipal. -----

----- Submeter à Assembleia Municipal a afectação ao domínio público da referida

parcela de terreno, bem como o reconhecimento à Luso Imobiliária S.A., ou a quem no acto da escritura prove ser o legítimo proprietário, do direito à isenção do pagamento das taxas devidas pela ocupação do domínio público com estaleiro de apoio à construção em causa. -----

----- CONDIÇÕES DE ACORDO -----

----- 1. A parcela a transmitir ao Município de Lisboa deve estar livre e desocupada. -

----- 2. Será garantido o direito de passagem pública a peões na superfície da Parcela nº 2, com a área de 16,00 m2, orlada a cor azul na cópia da planta supra referida. -----

----- CONFRONTAÇÕES -----

----- Parcela nº 1: -----

----- Norte - Rua Cândido de Figueiredo -----

----- Sul - Luso Imobiliária S.A. / Rua Duarte Galvão -----

----- Poente - R. Cândido de Figueiredo / Luso Imobiliária S.A. -----

----- Nascente - Rua Duarte Galvão -----

----- Parcela nº 2: -----

----- Norte - Parcela 1 -----

----- Sul - Luso Imobiliária S.A. -----

----- Poente - R. Cândido de Figueiredo -----

----- Nascente - Luso Imobiliária S.A. -----

----- (Processo Privativo nº 165/DPI/03)” -----

----- **O Senhor Presidente**, visto que ninguém desejou intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação a proposta 3/2004, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- Também por unanimidade, a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta referente à deliberação acabada de tomar. -----

----- **O Senhor Presidente** informou que se encontrava em distribuição uma convocatória para a continuação da sessão extraordinária, no dia 27. -----

----- Seguidamente, deu por encerrada a reunião. -----

----- Eram 20 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária,

----- O PRESIDENTE -----